

Capítulo 1

Perspetivas macroeconómicas em África

Este capítulo analisa as condições macroeconómicas em diversas regiões e países em África, bem como no continente africano no seu todo. A análise salienta a forma como a queda dos preços do petróleo e das matérias-primas, a volatilidade do contexto global e a incerteza das condições políticas no plano interno estão a afetar muitas economias africanas, abordando a forma como os governos têm respondido a estes desafios. O capítulo analisa o crescimento económico recente no continente africano, as perspetivas para 2016 e 2017 e os fatores impulsionadores do lado da oferta e da procura, bem como os efeitos de uma evolução adversa dos termos de troca, a qual afeta também a situação orçamental e as contas correntes.

Resumo

África atingiu níveis impressionantes de crescimento económico nos últimos 15 anos, tendo o crescimento médio do produto interno bruto (PIB) passado de pouco mais de 2%, nas décadas de 1980 e 1990, para mais de 5%, no período entre 2001 e 2014. Nos últimos dois anos, o crescimento tem sido mais moderado; esta tendência deverá continuar em 2016, mas espera-se um aumento do crescimento em 2017. O crescimento em África é afetado negativamente pelas insuficiências da economia global e pela queda dos preços de importantes matérias-primas, mas é impulsionado pela procura interna, pela melhoria das condições do lado da oferta, por uma gestão macroeconómica cautelosa e por fluxos financeiros externos favoráveis. As previsões do relatório PEA pressupõem uma recuperação gradual da economia global e um aumento lento dos preços das matérias-primas. No entanto, esta previsão é incerta, dada a vulnerabilidade da economia global e a grande volatilidade dos preços das matérias-primas.

O crescimento continua a registar valores mais elevados na África Oriental, que é seguida pela África Ocidental e Central, registrando os menores valores na África Austral e no Norte de África. A verificar-se uma melhoria gradual dos contextos internacional e interno, o crescimento deverá acelerar em 2016/17 em todas as regiões. Na África Ocidental, a epidemia do Ébola foi minorada e verifica-se uma recuperação gradual da Guiné, Libéria e Serra Leoa.

As medidas de política monetária são diversas, uma vez que os países enfrentam diferentes pressões inflacionistas e cambiais. A política monetária foi mais restritiva em países onde as contas correntes e as taxas de câmbio sofreram pressões e a inflação aumentou, mas alguns países reduziram as taxas de juro à medida que a inflação descia devido à queda dos preços da energia e dos alimentos. Com a intensificação das pressões orçamentais, a maioria dos países aplicou políticas orçamentais prudentes, com medidas para conter a despesa e alargar a base das receitas.

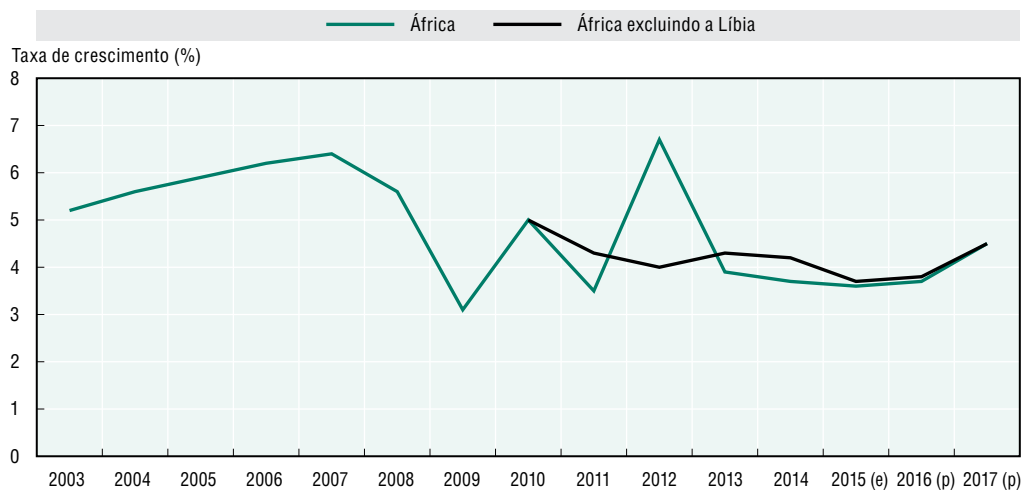
O crescimento africano abrandou, mas espera-se novamente um reforço

África atingiu níveis impressionantes de crescimento económico nos últimos 15 anos. O crescimento médio do produto interno bruto (PIB) mais do que duplicou, passando de uma percentagem pouco acima dos 2% nas décadas de 1980 e 1990, para mais de 5% no período entre 2001 e 2014. Nos últimos dois anos, o crescimento foi mais moderado, tendo as economias africanas sido influenciadas pelas condições adversas da economia global. O crescimento médio das economias africanas recuou ligeiramente, de 3.7% em 2014 para 3.6% em 2015, cerca de um ponto percentual abaixo do previsto no relatório PEA 2015. Excluindo a Líbia, onde a produção petrolífera regista grande volatilidade, o crescimento total de África atingiu 3.7% em 2015, comparativamente a 4.2% em 2014. As perspetivas macroeconómicas para a economia africana realçadas neste relatório pressupõem um reforço gradual da economia global e uma recuperação lenta dos preços das matérias-primas. Neste contexto internacional, espera-se a manutenção de um crescimento moderado em África em 2016 (3.7%), mas um novo reforço em 2017 (4.5%) (Figura 1.1). No entanto, esta previsão é incerta, dada a vulnerabilidade da economia global e a grande volatilidade dos preços das matérias-primas.

As principais causas do abrandamento do crescimento verificado em 2015 são a queda na procura global e a queda dos preços internacionais das matérias-primas, que afetaram negativamente os países africanos ricos em recursos naturais. O crescimento do PIB real em termos mundiais e do volume global de comércio situou-se mais do que um ponto percentual abaixo do previsto no relatório PEA 2015. A previsão do relatório de 2015 assumia, igualmente, que os preços internacionais do petróleo estariam, em média, 40% abaixo dos níveis de 2014, mas registaram-se preços quase 50% mais baixos. Os preços dos metais, nomeadamente do cobre, e os preços de exportação de alguns produtos agrícolas, como o algodão, estiveram também abaixo do previsto.

O crescimento em África continuou a ser superior ao crescimento mundial, apesar das condições adversas da economia global. Este crescimento foi também muito mais elevado do que na América Latina e Caraíbas, onde se registou um ligeiro decréscimo do PIB devido, principalmente, às profundas recessões no Brasil e na Venezuela. Apesar do abrandamento, África continuou a ser a segunda região do mundo com maior crescimento. Vários países africanos (Côte d'Ivoire, Djibouti, Etiópia, Moçambique, Ruanda e Tanzânia) estão entre os países com mais rápido crescimento a nível global, atingindo taxas de crescimento entre 6% e 10%.

Figura 1.1. Crescimento económico em África, 2003-17



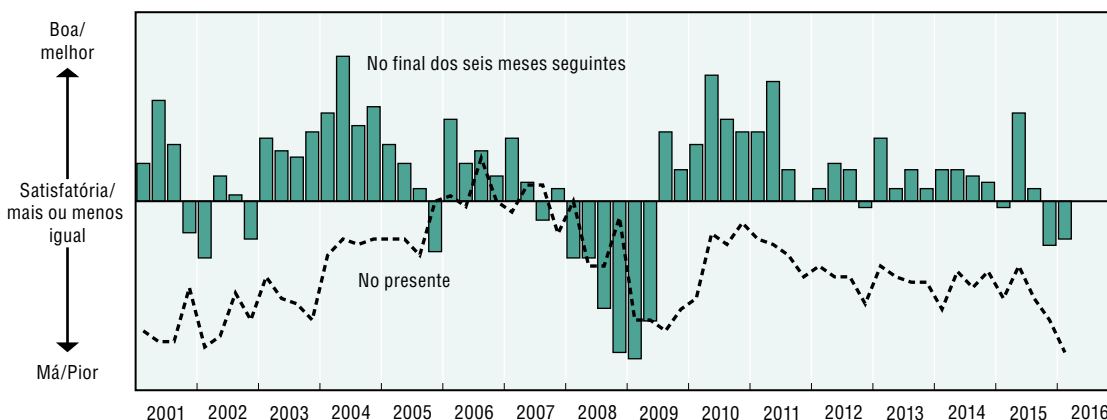
Nota: (e) estimativas; (p) projeções.

Fonte: Departamento de Estatística, Banco Africano de Desenvolvimento.

StatLink <http://dx.doi.org/10.1787/888933391073>


A Ásia emergente e em desenvolvimento, que é a região com maior crescimento no mundo, apresentou um decréscimo do crescimento entre 2014 e 2015. No início deste período registou-se um crescimento económico de 6.8%, enquanto ao final de 6.5%. Na República Popular da China, a maior economia da região, o crescimento tem diminuído, de 7.7% em 2013, para 7.3% em 2014 e menos de 7% em 2015. Este crescimento mais fraco da China e a sua transição de uma economia baseada no investimento e na exportação de bens industriais para um maior enfoque no consumo e nos serviços são fatores importantes na queda recente dos preços das matérias-primas, sugerindo o fim do “super-ciclo das matérias-primas” que marcou a última década. Enquanto a queda dos preços das matérias-primas tem afetado negativamente os exportadores destes recursos em África, o reajustamento da economia chinesa para um maior consumo pode refletir-se positivamente nas economias africanas, nos próximos anos. Os países africanos mais bem posicionados para exportar bens de consumo para a China, incluindo produtos agrícolas, são aqueles que mais beneficiarão da transição chinesa para um crescimento mais baseado no consumo. O aumento dos salários na China pode, também, prejudicar a sua competitividade nos produtos de fabrico barato e aumentar ainda mais os fluxos de IDE para África (ver Caixa 1.1).

Figura 1.2. Situação económica atual em África e projeção para seis meses 2000 Q1 – 2016 Q1



Nota: Análises qualitativas dos participantes no inquérito trimestral sobre a situação económica atual e as expectativas para os seis meses seguintes.

Fonte: Ifo institute World Economic Survey (I/2016).

StatLink  <http://dx.doi.org/10.1787/888933391083>

O enfraquecimento do crescimento africano reflete-se, igualmente, nas respostas dos inquiridos africanos ao inquérito de opinião *World Economic Survey* do Ifo Institute.¹ No segundo semestre de 2015, houve uma deterioração quer na avaliação da situação económica atual, quer nas expectativas para os seis meses seguintes, o que refletia um abrandamento do crescimento, tal como se tornou agora óbvio nas estatísticas oficiais. No início de 2016, estes indicadores não melhoraram, o que se deu muito provavelmente devido aos efeitos adversos de uma economia mundial ainda frágil e de uma nova queda nos preços das matérias-primas (Figura 1.2).

Caixa 1.1. Consequências de um crescimento chinês mais baixo e equilibrado em África

O abrandamento do crescimento do produto nas grandes economias emergentes tem sido associado com a queda dos preços das matérias-primas. Para além dos fatores da oferta, o declínio acentuado do investimento e o reajustamento do crescimento na China têm contribuído para a queda dos preços das matérias-primas, em particular dos metais e da energia. O bom desempenho económico de África desde a viragem do século tem sido sustentado por três fatores principais: preços elevados das matérias-primas, fluxos financeiros externos consideráveis, e melhoria das políticas e das instituições. Os países africanos exportadores líquidos de matérias-primas enfrentam obstáculos macroeconómicos, o que pode refletir-se negativamente nos fluxos financeiros externos, o segundo pilar do bom desempenho nos últimos anos.

Se os baixos preços das matérias-primas têm gerado efeitos adversos nos exportadores africanos destes produtos, o reajustamento da China pode originar efeitos favoráveis, embora de forma gradual. A deslocalização do fabrico de produtos baratos da China pode reforçar os efeitos positivos da queda dos preços das matérias-primas sobre as receitas dos países importadores de petróleo. Estes efeitos favoráveis podem estimular a entrada de fluxos de IDE em África. A queda dos preços das matérias-primas gera benefícios decorrentes do alívio da pressão orçamental nos países com grande peso das importações de combustível (Egito, Etiópia, Quênia, Moçambique e Tanzânia), que contrastam com grandes desafios para os exportadores de energia (Angola, Chade, Congo, Gabão e Nigéria) e para os países exportadores de outras matérias-primas (África do Sul, Gana e Zâmbia).

Caixa 1.1. Consequências de um crescimento chinês mais baixo e equilibrado em África (cont.)

Os baixos preços das matérias-primas podem deslocar o centro de gravidade da economia africana de oeste para leste, ou seja, transitando para economias menos dependentes destes produtos (Schaffnit-Chatterjee e Burgess, 2015). O financiamento dos investimentos poderá seguir esta tendência, reforçado pelo efeito periférico da iniciativa chinesa *One Belt One Road* (OBOR), a qual inclui o financiamento de infraestruturas na África Oriental. O novo Fundo da Rota da Seda, criado pela China, é direcionado para as economias ao longo da costa oriental africana. Isto aponta para uma mudança do enfoque tradicional, centrado em assegurar recursos naturais, para uma abordagem mais exploratória de oportunidades para criação de um polo de produção na região africana.

O abrandamento da economia chinesa pode afetar o financiamento ao desenvolvimento de África por várias vias:

- **Crescimento:** o abrandamento reflete-se numa redução do crescimento mundial e do crescimento dos países de baixo rendimento, particularmente os exportadores de matérias-primas.
- **Comércio:** a desaceleração traduz-se em menos receitas de exportação em África, em menos poupanças das empresas e menos créditos comerciais.
- **Preços:** os termos de troca menos favoráveis têm efeitos negativos nas receitas dos países exportadores de matérias-primas, o que, associado à queda dos preços dos metais e minérios, contribui para a redução das poupanças ao nível das famílias, das empresas e do Estado.
- **Oferta de liquidez:** a redução das reservas de divisas em moeda estrangeira e dos ativos de fundos soberanos podem traduzir-se numa diminuição do crédito para África.

O elevado crescimento da China tem impulsionado o crescimento económico global nos últimos anos (Figura 1.3). Entre 2011 e 2015, o contributo relativo da China para o crescimento mundial esteve a par das economias mais avançadas, tendo-se mantido a um nível elevado durante uma década. O contributo da Índia para o crescimento global também aumentou desde o início do século. No entanto, o contributo chinês para o crescimento mundial nos últimos anos foi de quase 30%, ou seja, 20 pontos percentuais acima do contributo indiano. A Índia é um país mais fechado e consideravelmente mais pobre do que a China, não conseguindo ainda compensar o impacto da desaceleração da economia chinesa no crescimento e no comércio global.

Um estudo recente do Banco Mundial (2015) utiliza um modelo de equilíbrio geral para quantificar o impacto que um crescimento mais baixo e mais equilibrado da China terá no crescimento futuro de África (Figura 1.4). O modelo simula seja os efeitos de um abrandamento, como de um reajustamento, bem como o efeito combinado de ambos.

O efeito combinado do abrandamento e reajustamento da economia chinesa na África subsariana é positivo, uma vez que o efeito positivo de um crescimento mais equilibrado compensa o efeito negativo da desaceleração do crescimento. Em 2030, segundo esta simulação, a transição da China contribuirá para aumentar o nível do PIB na África subsariana em 4.7%, relativamente ao valor base de referência. Os países mais bem posicionados para exportar bens de consumo para a China, incluindo produtos agrícolas, colherão maiores benefícios de um crescimento chinês mais baixo e equilibrado. De acordo com esta análise, a Zâmbia – um dos principais exportadores de cobre – é o único país que não beneficiará da transição chinesa para um modelo de crescimento mais assente no consumo. No entanto, esta simulação não tem em conta os possíveis efeitos que um aumento do investimento direto chinês poderá ter no crescimento africano. O aumento de salários na China leva a maiores custos unitários do trabalho, prejudicando a competitividade externa da China no fabrico de produtos manufaturados de baixo custo. A China poderá, portanto, expandir a sua presença nas zonas económicas especiais em África ou promover a criação de novas zonas. Os efeitos positivos do investimento direto estrangeiro (IDE) no crescimento serão maiores à medida em que os problemas da insuficiência em termos de infraestruturas e fornecimento de energia em África que forem resolvidas

Caixa 1.1. Consequências de um crescimento chinês mais baixo e equilibrado em África (cont.)

As ligações comerciais têm impacto nos fluxos financeiros por via dos créditos comerciais e, indiretamente, através dos lucros empresariais. As relações de comércio entre a China e o continente africano aumentaram significativamente desde 2000. A China ultrapassou outros parceiros comerciais em termos relativos e a Índia triplicou o seu peso nas exportações de África (Tabela 1.1). Em termos absolutos, a dinâmica comercial dos parceiros emergentes foi fundamental para quadruplicar as exportações africanas, as quais aumentaram de 142.4 mil milhões de USD em 2000, para 566.6 mil milhões de USD em 2014. O bloco dos países emergentes compra atualmente mais exportações africanas do que o bloco de países avançados. Há apenas 15 anos, aqueles países só representavam um quinto das exportações africanas. Em termos de proporção e dinâmicas de comércio, a China e a Índia representam atualmente uma porção significativa das receitas de exportação de África.

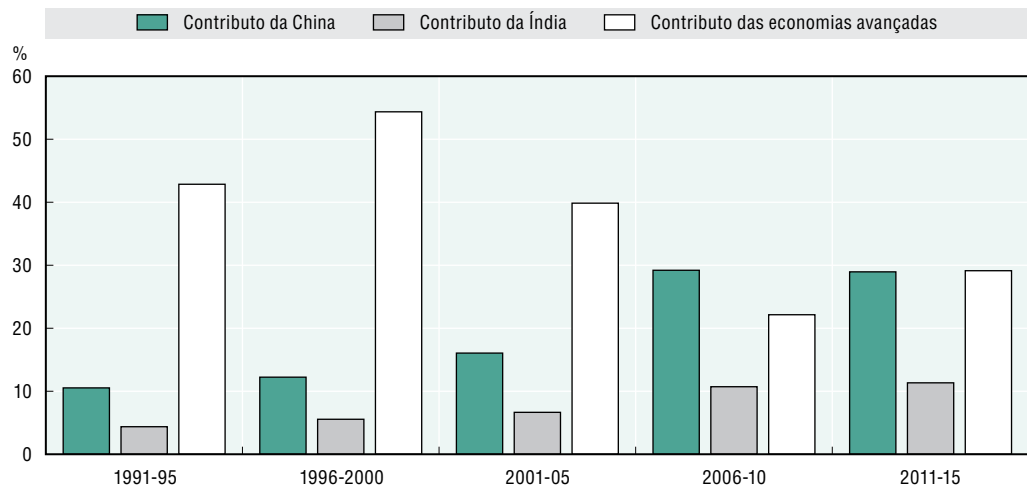
O financiamento do comércio é, potencialmente, um forte canal de transmissão entre o setor financeiro e a economia real. Os créditos à exportação e os empréstimos para projetos de desenvolvimento provenientes de grandes economias de mercado emergentes (EME) – nomeadamente o Brasil, a China e a Índia – têm desempenhado um papel relativamente importante como canais de financiamento do comércio com o continente africano (BAD et al., 2011). Tendo em conta a redução dos excedentes nas contas correntes e a diminuição das reservas, existe o risco de a China e outras EME cortarem nestes financiamentos a África, nomeadamente no volume de créditos à exportação, das linhas de crédito garantidas por recursos naturais e dos mecanismos híbridos de financiamento.

A queda dos preços das matérias-primas pode prejudicar a mobilização de recursos em África. O canal dos preços reforça os efeitos do canal do comércio, no que respeita ao impacto do abrandamento das EME no financiamento do continente africano. Do ponto de vista financeiro, é improvável que o impacto das alterações nos preços das matérias-primas seja simétrico ou um jogo de soma zero. A reciclagem dos grandes excedentes das contas correntes verificados nos exportadores de petróleo (nomeadamente africanos) teve efeitos positivos no financiamento do continente africano, porém não terá comparação com o nível de excedentes nos países importadores de petróleo.

As receitas fiscais podem, igualmente, ser afetadas de várias formas. Em muitos países africanos, os impostos comerciais (tarifas aduaneiras) sustentam as receitas públicas, pelo que a queda nas exportações de matérias-primas contribuirá para agravar a situação orçamental. Os rendimentos provenientes dos recursos naturais representaram mais de 80% da coleta total de impostos em 2013 em países ricos em petróleo como Angola, Argélia, Congo, Guiné Equatorial e Líbia (BAD/OCDE/PNUD, 2015). Pelo contrário, os países pobres em recursos naturais alargaram a sua base fiscal e arrecadaram receitas através de impostos diretos e indiretos. Uma crise generalizada que afete o consumo reduzirá as receitas fiscais também nestes países.

A redução das reservas dos EME pode afetar os fluxos financeiros para África. O canal de oferta de liquidez alterou-se consideravelmente desde meados de 2014. As reservas de divisas aumentaram de 1.8 biliões de USD em 2000, para um nível máximo de 12 biliões de USD em meados de 2014. A acumulação de desequilíbrios económicos na década de 2000 originou uma alteração significativa da riqueza a favor dos excedentes orçamentais nos EME (OCDE, 2010). Só a China aumentou os seus stocks de reserva de 170 mil milhões de USD em 2000, para 4 biliões de USD em Agosto de 2014, com o objetivo de limitar as pressões de valorização da moeda. Desde meados de 2014, verifica-se uma diminuição quer das reservas de divisas quer dos ativos de fundos soberanos nas economias emergentes, devido à queda dos preços das matérias-primas e à descida das entradas brutas de capital. As vendas líquidas de reservas da China, Federação Russa e Arábia Saudita são responsáveis pela maioria da redução das reservas. Estes três países reduziram as suas reservas de divisas em cerca de 1.5 biliões de USD, relativamente ao seu nível máximo. Saliente-se que estes países foram investidores emergentes proeminentes no continente africano (BAD et al., 2011).

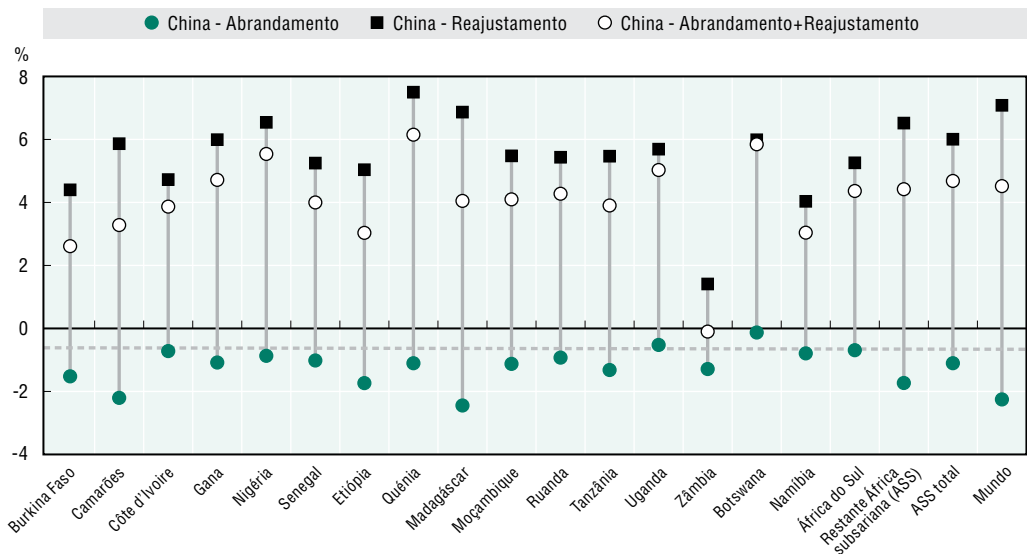
Figura 1.3. Contributo para o crescimento global, 1991-2015, por áreas (%)



Fonte: Cálculos do autor, com base em dados do FMI (2015).

StatLink <http://dx.doi.org/10.1787/888933391099>

Figura 1.4. Impacto da transição da China para um crescimento menor e mais equilibrado no crescimento da África subsariana (ASS)



Nota: Estima-se que o crescimento da China abrandará para uma média anual de 6% no período 2016-30, atingindo 4,6% em 2030. Prevê-se que o reajustamento da China reduza gradualmente o peso do investimento no PIB, de 46,7% em 2015 para 35,5% em 2030, com um aumento correspondente no consumo privado. O peso do setor dos serviços deverá aumentar gradualmente, de 50% do PIB em 2015 para 61% em 2030. Em alternativa, a análise assumiu a inexistência de um reequilíbrio e um crescimento real constante da China de 7% anuais no período 2016-30.

Fonte: Banco Mundial (2015), dados disponibilizados pela equipa Africa Pulse.

StatLink <http://dx.doi.org/10.1787/888933391104>

Tabela 1.1. Peso dos parceiros externos (selecionados) nas exportações e importações africanas, 2000 e 2014 (%)

	2000		2014	
	Exportações	Importações	Exportações	Importações
Parceiros tradicionais	78.3	75.4	46.7	54.3
UE25	51.3	56.4	34.0	37.4
Estados Unidos	20.4	10.1	5.5	6.4
Parceiros emergentes	21.7	24.6	53.3	45.7
Brasil	2.0	1.3	1.7	3.0
China	4.6	4.9	18.4	15.3
Índia	2.4	2.1	6.1	7.4
Federação Russa	0.3	1.0	1.0	0.6
Turquia	1.9	1.3	2.4	1.0
Tailândia	0.6	1.2	1.5	0.8
Valor total (mil milhões de USD)	142.4	104.0	566.6	531.5

Fontes: Dados de 2000: BAD et al. (2011); Dados de 2014: UN Comtrade (2015).

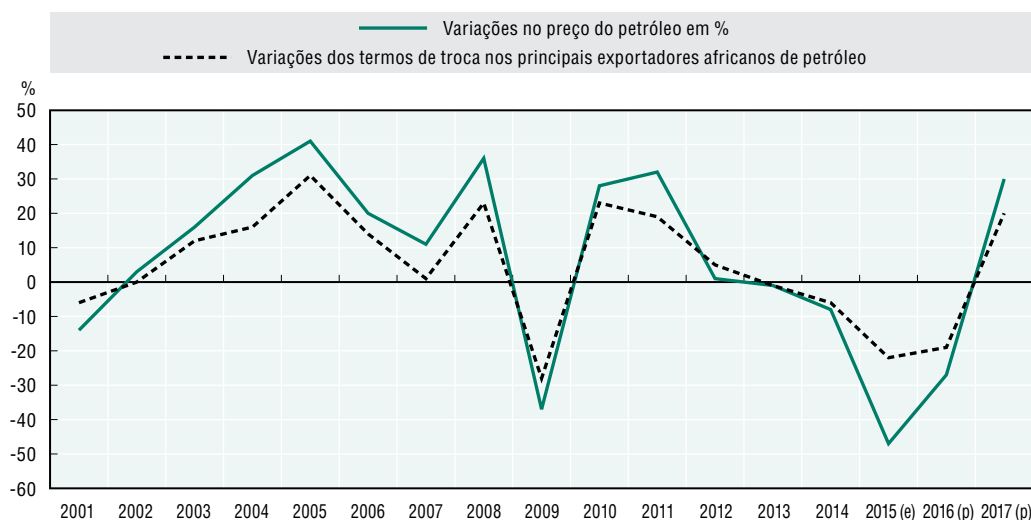
A procura interna e a melhoria das condições do lado da oferta impulsionam o crescimento, apesar das condições adversas no plano global

Do lado da procura, o consumo privado continuou a ser um dos motores do crescimento em 2015, apoiado pela redução dos preços do petróleo e dos alimentos, bem como pelo crescimento das remessas (para uma análise detalhada dos fluxos financeiros externos, ver Capítulo 2). O investimento na construção, tanto público como privado, também continuou a ser um importante fator de crescimento. Pelo contrário, as exportações continuaram estagnadas, registando em muitos casos uma diminuição devida à fraca procura mundial. Assim, o crescimento africano foi, mais uma vez, baseado em fatores domésticos, que ajudaram a amenizar as condições adversas da economia global. A promoção do comércio e da integração ao nível regional assumiu uma importância acrescida dada a vulnerabilidade de África aos choques externos (ver Capítulo 3).

A recente queda dos preços de exportação relativamente aos preços de importação levou a perdas nos termos de troca, o que reduz o poder de compra do produto nacional e prejudica os lucros e o investimento. Considerando um preço médio do petróleo na ordem dos 37 USD por barril em 2016, e de 48 USD por barril em 2017, os termos de troca dos principais países africanos exportadores de petróleo serão outra vez mais baixos em 2016, comparativamente a 2015, e só registarão uma melhoria em 2017 (Figura 1.5). No entanto, a volatilidade recente dos preços do petróleo e de outras matérias-primas dá origem a grandes incertezas sobre a sua evolução futura e, conseqüentemente, sobre as perspetivas dos termos de troca para os países exportadores de petróleo, com os riscos a penderem mais para o lado negativo.

O declínio recente das matérias-primas salienta, mais uma vez, a vulnerabilidade das economias dependentes de algumas matérias-primas, suscitando um esforço de muitos governos dos países ricos em recursos naturais no sentido de diversificarem a economia. A descida das taxas de câmbio também deverá contribuir para uma maior competitividade internacional de outros setores.

Figura 1.5. Preços do petróleo e termos de troca nos principais exportadores de petróleo em África, 2001-17



Nota: (e) estimativas; (p) projeções.

Fonte: Cálculos do autor.

StatLink <http://dx.doi.org/10.1787/888933391118>

Caixa 1.2. Termos de troca em África

Os termos de troca em África (ou seja, a relação entre os preços de exportação e de importação) têm melhorado consideravelmente ao longo da última década. Este aumento radica, principalmente, no desenvolvimento dos países ricos em recursos naturais, os quais beneficiaram do *boom* nos preços internacionais das matérias-primas, impulsionado pela recuperação económica global e pelo crescimento rápido e intensivo em recursos naturais da China. A média dos termos de troca em África (ponderada em função do PIB) atingiu um máximo em 2008, ano em que se situou 65% acima no nível registado em 2000. Esta tendência positiva foi interrompida pela forte recessão global em 2009, altura em que os preços das matérias-primas registaram uma queda abrupta. Após a recuperação desses preços, os termos de troca em África atingiram um novo máximo em 2012, sendo 80% mais altos do que em 2000. Em 2014 e 2015, os preços do petróleo e de outras matérias-primas voltaram a cair. Verificou-se uma perda parcial dos ganhos anteriores, resultantes de bons termos de troca, embora o nível médio desse em África continue a estar 50% acima do registado no ano 2000 (segundo estimativas do PEA). As alterações dos termos de troca diferem substancialmente entre os países. Os países africanos ricos em recursos naturais são particularmente afetados pela subida ou queda dos preços internacionais das matérias-primas dada a sua grande dependência destes produtos, que são tanto petrolíferos, quanto não petrolíferos. Simultaneamente, os países importadores de petróleo foram afetados pela anterior subida dos preços do petróleo e agora beneficiam dos preços mais baixos. No entanto, os países ricos em recursos naturais enfrentam termos de troca altamente voláteis. Isto é particularmente evidente nos termos de troca dos principais países exportadores de petróleo em África, os quais estão fortemente interligados com a evolução dos preços dessa matéria prima (Figura 1.5). A análise da volatilidade dos termos de troca revela uma grande volatilidade em países exportadores de petróleo como Angola, Argélia, Gabão, Líbia, Nigéria, República Democrática do Congo e Sudão, bem como na Zâmbia, fortemente dependente das exportações de cobre. O desvio-padrão (isto é, a variação em relação à média) das alterações anuais dos termos de troca nestes países foi cerca de 15 ou mais, no período entre 2001 e 2014. Pelo contrário, a volatilidade foi muito mais baixa (desvio-padrão entre 2 e 5) em países menos dependentes das matérias-primas e/ou mais diversificados, como a África do Sul, Etiópia, Quênia, Senegal, Tanzânia, Tunísia e Uganda.

Caixa 1.2. Termos de troca em África (cont.)

A melhoria dos termos de troca contribuiu para a prosperidade económica, mas a queda recente dos preços de exportação relativamente aos preços de importação veio reverter parcialmente os ganhos anteriores, resultantes desses termos de troca mais favoráveis. O poder de compra do produto interno (ou seja, o valor dos bens e serviços que podem ser comprados com a produção nacional, denominado de “*command GDP*”) decresceu em relação ao PIB real, mas o crescimento do PIB real também registou um abrandamento, uma vez que a queda dos preços das matérias-primas tende a reduzir o investimento e o crescimento do setor dos recursos naturais. Os outros setores são também afetados, por via da sua ligação direta ao setor dos recursos, ou indiretamente devido ao corte orçamental na despesa como resposta à descida das receitas. No entanto, este efeito negativo no crescimento pode ser mitigado, quando a existência de taxas de câmbio mais baixas permitem a outras empresas exportar mais e/ou lidarem melhor com a competição das importações.

É importante ter em conta, também, a magnitude e rapidez das alterações nos termos de troca, tendo ambas aumentado drasticamente. Embora o crescimento económico beneficie, geralmente, de termos de troca favoráveis, a existência de alterações muito voláteis nos termos de troca pode gerar instabilidade macroeconómica e refletir-se negativamente no crescimento a médio prazo (Awel, 2012). Contudo, os impactos adversos da subida e descida dos termos de troca na economia podem ser mitigados se as políticas monetária e orçamental conseguirem conter a inflação e acumular poupanças durante o período mais favorável. Isto permite prevenir o sobreaquecimento da economia, restringir a apreciação real da taxa de câmbio e criar margem orçamental, o que é indispensável para combater a recessão económica num contexto de colapso dos termos de troca. No entanto, se as políticas forem pró-cíclicas e incapazes de conter a inflação durante o *boom*, a ocorrência de grandes alterações nos termos de troca será mais prejudicial e as políticas menos eficazes para colmatar os efeitos adversos na economia, quando houver uma deterioração dos termos de troca. (Para uma análise detalhada sobre as políticas recentes de cada país, ver as respetivas Notas de País.)

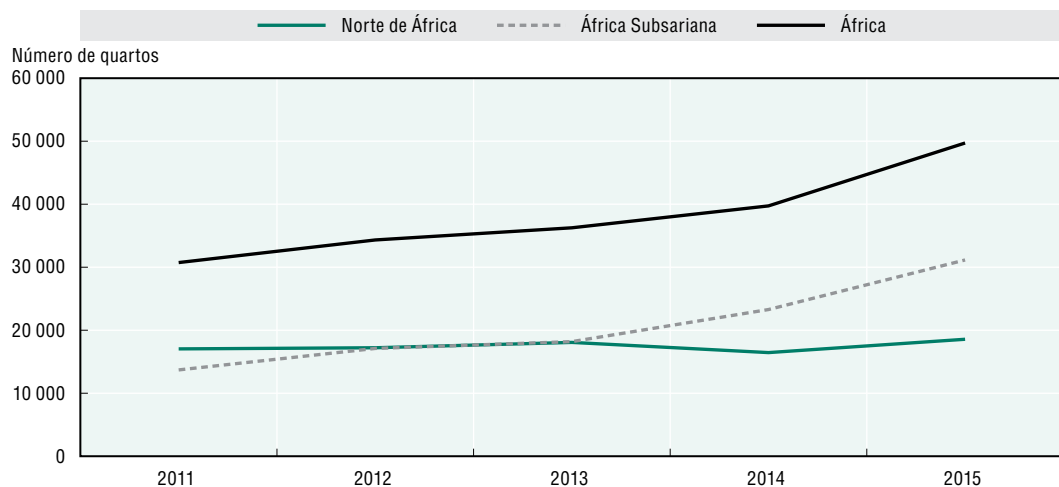
Do lado da oferta, muitos países africanos aperfeiçoaram as suas condições para fazer negócios. Em 2015, dos 51 países africanos avaliados pelo relatório *Doing Business* (Banco Mundial, 2016a), 23 melhoraram a sua pontuação. As condições para a realização de negócios melhoraram, em particular, no Quênia, no Uganda, nas Seychelles e na Maurítânia (segundo a melhoria nos rankings). Nos outros 20 países, a condições continuaram iguais ou melhoraram (de acordo com as pontuações) mas a sua classificação no ranking foi pior, porque as pontuações noutros países cresceram ainda mais. No Gabão e na Zâmbia, tanto a pontuação como a classificação diminuíram, o que também se verificou no Ruanda, país que está entre os que realizaram mais reformas nos últimos anos. O Ruanda continua, porém, a figurar como segundo classificado, a seguir às Maurícias, no conjunto de países africanos avaliados segundo a facilidade de fazer negócios (ver Capítulo 5).

Em 2015, a agricultura contribuiu para o crescimento dos países em que as condições climatéricas foram favoráveis e em que o investimento aumentou a produtividade. No entanto, a ocorrência de secas ou cheias prejudicou o crescimento em vários países, como foi o caso da África do Sul, Etiópia, Malawi, Namíbia, Zâmbia e Zimbabwe. Este setor continua a ser muito vulnerável às condições meteorológicas e à volatilidade dos preços dos produtos agrícolas. Nos países ricos em recursos naturais, a queda dos preços das matérias-primas restringiu os orçamentos nacionais e o investimento, refletindo-se numa diminuição do crescimento. Em alguns países, a produção das indústrias extrativas manteve-se inalterada ou aumentou ligeiramente, apesar da queda dos preços das matérias-primas (Nigéria e Zâmbia), enquanto noutros países registou um decréscimo (África do Sul, Botswana, Gabão, Guiné, Guiné Equatorial e Serra Leoa).

A atividade da indústria transformadora registou melhorias em alguns países (África do Sul, Etiópia, Quênia e Ruanda), mas foi condicionada, na maioria dos casos, pela fraca procura de exportações e/ou por falhas de energia. Esperam-se novos investimentos para impulsionar a indústria transformadora em vários países (por exemplo no Botswana e nas Maurícias). O setor da construção continuou a ser um motor do crescimento em muitos países, sendo frequentemente impulsionado pelos programas de infraestruturas públicas, mas também pelo investimento privado, incluindo na habitação. O setor dos serviços também continua a ser um importante fator de crescimento em África. Tanto os serviços tradicionais de transportes, comércio, setor imobiliário, serviços públicos e financeiros, como as novas tecnologias de informação e de telecomunicações continuam a ser motores importantes da produtividade e do crescimento.

Para além destes, o turismo é um setor de serviços importante e em crescimento. O número de quartos de alojamento hoteleiro continuou a crescer (Figura 1.6). No entanto, as chegadas de turistas internacionais a África registaram uma queda de 3%, em 2015, sendo de 53 milhões, de acordo com a Organização Mundial de Turismo das Nações Unidas (OMT, 2016). O número de chegadas caiu 8% no Norte de África e 1% na África subsariana, embora esta última tenha registado uma evolução positiva no segundo semestre do ano. Em alguns países, o turismo foi prejudicado pelo terrorismo e por problemas de segurança na região (Burkina Faso, Camarões, Egito, Quênia e Tunísia). Noutros países, o turismo foi um fator impulsionador do crescimento em 2015 (Etiópia, Madagáscar, Maurícias, Ruanda, Seychelles e Zimbabwe).

Figura 1.6. Número de quartos de hotel disponíveis em África, 2011-15



Fonte: BAD/NYU Africa House/ATA (2015).

StatLink <http://dx.doi.org/10.1787/888933391129>

A análise dos países africanos com maior crescimento económico nos últimos cinco anos revela padrões muito diversos em termos setoriais (Tabela 1.2). Na Nigéria, as mudanças estruturais parecem estar em consonância com a teoria tradicional dos três setores da economia, uma vez que a diminuição do peso do setor primário correspondeu a um aumento do peso dos setores restantes.² O peso da agricultura decresceu igualmente em muitos outros países, mas aumentou no Quênia e na Tanzânia. Em alguns países, o peso da indústria extrativa diminuiu, mas aumentou noutros, onde o início de nova produção veio incentivar o crescimento (petróleo no Gana e extração de minério de ferro na Serra Leoa). O peso da indústria transformadora cresceu apenas em alguns países (Níger, Nigéria e Uganda), mas em muitos outros permaneceu constante, ou até decresceu. Já os setores da construção e dos serviços foram motores importantes do crescimento em muitos países.

Em suma, os países africanos têm um desempenho de crescimento com padrões setoriais muito diferentes. No entanto, a teoria dos três setores, sendo simplista, pode induzir em erro, já que a produtividade não é apenas gerada pela realocação entre setores, mas também através da modernização e realocação dentro de cada setor, bem como por melhores ligações entre setores. Especificamente, o aumento da produtividade na agricultura pode impulsionar a indústria de transformação alimentar e a indústria de curtumes, para benefício de ambos os setores (McMillan e Harttgen, 2015).

Tabela 1.2. Alterações setoriais nas economias africanas com maior crescimento, 2009-14

(variação do peso no PIB, em pontos percentuais)

	Agricultura, florestas, pesca e caça	Indústrias extrativas, incluindo a extração de petróleo e gás	Indústria transformadora	Construção	Eletricidade, gás e água	Serviços
Burkina Faso	-0.7	5.4	-3.6	4.2	0.3	-5
Congo	0.1	-3.6	0.1	1.8	0.1	1.5
República Democrática do Congo	-1.9	0.4	-1.5	0.5	0	2.5
Etiópia	-10.2	0.6	0.3	4.1	-0.4	5.6
Gana	-12.2	7.4	-1	3.7	-0.1	2.2
Quênia	3.3	0.2	-1.7	0.6	-0.3	-2.1
Malawi	-5.3	0.2	-2.1	1.9	-0.1	5.4
Moçambique	-2.2	2	-1.8	0.5	-0.1	1.6
Niger	-1.6	3.3	1	0	-0.1	-2.6
Nigéria	-16.1	-17.1	6.5	1.9	0.4	24.4
Ruanda	-1.2	1.1	-0.5	1.5	0.1	-1
Serra Leoa	-8.2	17.2	-0.6	-0.5	0.1	-8
Tanzânia	1.5	1.6	0	2.1	-0.5	-4.7
Uganda	-2.5	-0.5	1.5	2.1	-0.4	-0.2
Zâmbia	-2.9	-2.3	-1.2	3.4	0.1	2.9

Nota: Países selecionados com um crescimento real do PIB (média anual) acima de 5%, durante este período.

Fonte: Cálculos do autor, com base em dados do Departamento de Estatística do Banco Africano de Desenvolvimento.

A África Oriental continua a ser a região com maior crescimento

O crescimento económico no continente africano é diverso em razão de fatores como as diferenças nos níveis de rendimento, o grau de dependência face às exportações de matérias-primas, a estabilidade política e social e as políticas estruturais e macroeconómicas. As taxas de crescimento mais altas continuam a verificar-se na África Oriental, seguida da África Ocidental e Central, enquanto a África Austral e o Norte de África registam o pior desempenho. Prevê-se um aceleração do crescimento em todas as regiões, em 2016/17, com base no pressuposto de uma melhoria gradual das condições internas e internacionais (Tabela 1.3).

Tabela 1.3. Crescimento em África por região, 2014-17
(crescimento real do PIB, em percentagem)

	2014	2015 (e)	2016 (p)	2017 (p)
África	3.7	3.6	3.7	4.5
África Central	6.1	3.7	3.9	5.0
África Oriental	6.5	6.3	6.4	6.7
Norte de África	1.4	3.5	3.3	3.8
África Austral	2.8	2.2	1.9	2.8
África Ocidental	6.0	3.3	4.3	5.5
<i>Rubricas por memória:</i>				
África excluindo a Líbia	4.2	3.7	3.8	4.5
África subsariana (ASS)	5.0	3.6	4.0	4.9
ASS excluindo a África do Sul	5.9	4.2	4.7	5.6

Nota: (e) estimativas; (p) projeções.

Fonte: Departamento de Estatística, Banco Africano de Desenvolvimento.

Em 2015, a **África Oriental** foi novamente a região com maior taxa de crescimento, prevendo-se que continue neste caminho em 2016/17. A região beneficia de grandes entradas de IDE, embora se verifique alguma incerteza sobre a evolução destes fluxos em 2015 (ver Capítulo 2). O forte desempenho económico estende-se a quase toda a região, tendo vários países ultrapassado 5% de taxa de crescimento (Djibouti, Etiópia, Quênia, Ruanda, Tanzânia e Uganda) e prevendo-se a manutenção desta trajetória em 2016/17. O Sudão também registou um bom desempenho após o choque da secessão em 2011. Nestes países, o crescimento é frequentemente impulsionado pelos serviços e pela construção, incluindo os programas de investimento público, mas também parcialmente pela indústria e pela agricultura (nos casos em que as condições climáticas têm sido favoráveis, como no Sudão e na Tanzânia). No Sudão do Sul, pelo contrário, a queda dos preços e da produção petrolífera, por um lado, e o conflito político, por outro, tiveram um forte impacto negativo no PIB real, o qual registou uma contração em 2015. As perspetivas futuras neste país dependem, em particular, de uma implementação atempada do último Acordo de Paz. Na Eritreia, verificou-se uma estagnação da economia, devido à fraca procura de exportações e a dificuldades no ambiente de negócios e investimento. Nas Comores, a crise energética continuou a prejudicar o crescimento.

Na **África Ocidental**, o crescimento abrandou em 2015, devido à queda acentuada dos preços das matérias-primas e à crise do Ébola. Na maior economia de África, a Nigéria, a produção de petróleo manteve-se baixa e o crescimento no setor não-petrolífero enfraqueceu, em consequência dos cortes orçamentais devido à queda das receitas petrolíferas. A atividade do setor privado foi igualmente afetada por políticas monetárias e cambiais mais restritivas, implementadas para colmatar a desvalorização da moeda. Espera-se que haja uma retoma gradual do crescimento, com a ajuda de um orçamento nacional mais expansionista. A crise do Ébola tem tido um impacto significativo nas economias da Guiné, da Libéria e particularmente da Serra Leoa, à qual se junta a queda dos preços das matérias-primas (ver Caixa 1.3). No entanto, outros países da região atingiram taxas de crescimento relativamente altas, em 2015 (Benim, Côte d'Ivoire, Mali, Senegal e Togo), com perspetivas favoráveis também para 2016/17.

Na **África Central**, verificou-se também um abrandamento do crescimento em 2015. O crescimento na República do Congo (Congo) foi menor do que no ano anterior, com o governo a cortar no investimento em infraestruturas, em resposta à queda das receitas petrolíferas. Na Guiné Equatorial, o PIB caiu em resultado da diminuição da produção de petróleo, tendência que se deverá manter em 2016/17. Na República Centro-Africana,

houve uma recuperação do PIB, apesar da tensão política e dos riscos de segurança. A melhoria da segurança e a normalização da cooperação internacional deverão ajudar à continuação da retoma da economia. Os Camarões prosseguem o caminho de um crescimento sólido e de base alargada, impulsionado pela agricultura e florestas, pela construção, pela indústria e produção de petróleo, embora se verifiquem problemas de segurança na região fronteiriça a norte. No Gabão, o governo deu continuidade ao programa de investimento e incentivou o crescimento, apesar da queda das receitas petrolíferas. Em 2015, o crescimento na República Democrática do Congo foi mais moderado mas sólido, assente na agricultura, comércio e indústrias, com um aumento da produção na maioria das indústrias extrativas.

Na **África Austral**, o crescimento abrandou em 2015 e prevê-se uma recuperação apenas em 2017. O crescimento na região foi atenuado quer pelas fracas condições internacionais, quer por outros fatores como a seca e a escassez de energia. A trajetória lenta da África do Sul deverá enfraquecer ainda mais em 2016, para depois iniciar a recuperação em 2017. A produção e a confiança de empresários e consumidores está a contrair-se devido a diversos fatores, incluindo os baixos preços das matérias-primas, a fraca procura das exportações, as falhas no abastecimento de energia, as greves ou a seca na agricultura. A África do Sul é um importante destino das exportações dos países vizinhos, pelo que a sua situação afeta toda a região. Em 2015, o crescimento diminuiu também noutros países da região fortemente dependentes das exportações de matérias-primas, nomeadamente em Angola (petróleo), Botswana (diamantes) e Zâmbia (cobre). Em Moçambique, a taxa de crescimento foi moderada mas sólida, sendo impulsionada pelo aumento da produção agrícola e pelos setores da energia e indústrias extrativas. O IDE continua a ser um motor fundamental do crescimento neste país, não obstante uma redução significativa em 2015.

No **Norte de África**, continuam a verificar-se grandes disparidades na situação macroeconómica. Na Líbia, a rutura da produção petrolífera, a incerteza e os atuais conflitos políticos originaram uma nova queda do PIB real. O fim dos combates entre milícias rivais e a criação de um governo nacional é crucial para a retoma económica. A Tunísia registou um crescimento modesto em 2015, motivado pelas boas colheitas, mas com fraca produção noutros setores. Os setores mineiro e industrial foram negativamente afetados pelo fraco volume de exportações e do turismo, o qual tinha já começado a recuperar gradualmente mas voltou a cair após os ataques terroristas. Na Argélia, o crescimento manteve-se estável, graças a uma recuperação da produção de petróleo. Marrocos registou o maior crescimento de base alargada na região, apoiado quer do lado da procura – pelo consumo privado e pelo investimento – quer do lado da oferta – pelo setor da construção e pela agricultura, que beneficiou de boas condições climáticas e de investimentos anteriores na irrigação. O turismo foi afetado pelos problemas de segurança na região, mas a uma escala muito menor do que na Tunísia. No Egito, verificou-se um reforço do crescimento, com a estabilização do cenário político e a melhoria da confiança empresarial. O aumento dos salários e dos gastos sociais contribuiu para o consumo, tendo havido também um crescimento do investimento. Do lado da produção, o setor dos serviços foi o motor do crescimento, embora o turismo tenha sido novamente afetado por preocupações de segurança. Os planos de reformas económicas e de megaprojetos atualmente existentes contribuirão, se totalmente executados, para fortalecer mais a economia.

Caixa 1.3. A crise do Ébola

A propagação da Doença por Vírus Ébola (DVE) nos três países mais afetados foi contida, graças ao apoio internacional e às políticas nacionais. A Organização Mundial de Saúde (OMS) declarou a África Ocidental como “livre de Ébola” embora existam ainda riscos de novos focos. Os três países mais atingidos pela DVE – a Guiné, a Libéria e a Serra Leoa – estão no caminho da recuperação. A epidemia causou um enorme sofrimento humano e teve altos custos económicos e sociais nestes países, incluindo uma possível reversão dos avanços atingidos em várias áreas. Segundo dados da OMS, de meados de março de 2016, estes três países registaram 28 603 casos reportados do vírus (0.13% da população total destes países) e 11 301 mortes confirmadas (4 809 na Libéria, 3 956 na Serra Leoa e 2 536 na Guiné). Um grande número de profissionais de saúde também morreu devido ao contágio. Os sistemas de saúde devem agora retomar o normal funcionamento e serem melhorados. Os governos estão a tomar medidas, não apenas para recuperar o que foi perdido devido à crise da EVD, mas também para melhorarem a sua resposta aos riscos de epidemias e outras ameaças de saúde, assim como para promoverem o acesso a serviços de saúde de qualidade.

No auge da epidemia, a atividade económica paralisou nas regiões mais afetadas, o desemprego aumentou e as crianças não puderam ir à escola. Estes países também dependem das exportações de matérias-primas (minério de ferro na Serra Leoa e Libéria, alumínio, petróleo, ouro e diamantes na Guiné), pelo que as suas economias sofreram um “duplo choque”, devido à queda drástica dos preços das matérias-primas. Em resultado destes choques, o PIB real da Serra Leoa registou uma contração de aproximadamente 20%, em 2015. Na Guiné e na Libéria, o impacto foi menor, tendo o PIB atingido níveis semelhantes aos de 2014. No triénio anterior ao surto de Ébola (2011-13) e antes da queda dos preços das matérias-primas, o crescimento médio era de quase 14% na Serra Leoa, mais de 8% na Libéria e acima dos 3% na Guiné.

Os custos económicos destes choques incluem altos custos orçamentais. Apesar do apoio orçamental massivo dos doadores e dos desembolsos diretos dos parceiros internacionais para combate à epidemia, as situações orçamentais destes países degradaram-se em 2014/15. Há também que ter em consideração os custos de vigilância e prevenção atualmente em curso. Com uma margem orçamental reduzida, os governos enfrentam o desafio de evitarem dívidas excessivas e garantirem a sustentabilidade orçamental a médio prazo, preservando simultaneamente as despesas públicas que impulsionam o crescimento, como é o caso do investimento em infraestruturas. A previsão económica para estes países é cautelosamente otimista. Na Guiné e na Libéria, estima-se que o crescimento do PIB real aumente respetivamente para 3% e 4%, acelerando ainda mais em 2017. Na Serra Leoa, prevê-se uma recuperação só em 2017, mas o PIB estará ainda muito abaixo do registado em 2014.

Os preços mundiais das matérias-primas registaram nova queda

Os preços das matérias-primas começaram a decrescer em 2013 e caíram abruptamente no segundo semestre de 2014. A descida dos preços continuou ao longo de 2015 e no início de 2016 (Figuras 1.7, 1.8 e 1.9). Entre meados de 2014 e janeiro de 2016, o preço do petróleo desceu mais de 70%, encontrando-se atualmente no nível mais baixo dos últimos 13 anos e quase 30% abaixo do nível mínimo atingido na recessão mundial de 2008/09. A principal causa da queda dos preços é o excesso de oferta a nível global. Com a entrada de novos fornecedores no mercado, a procura não acompanha a oferta,

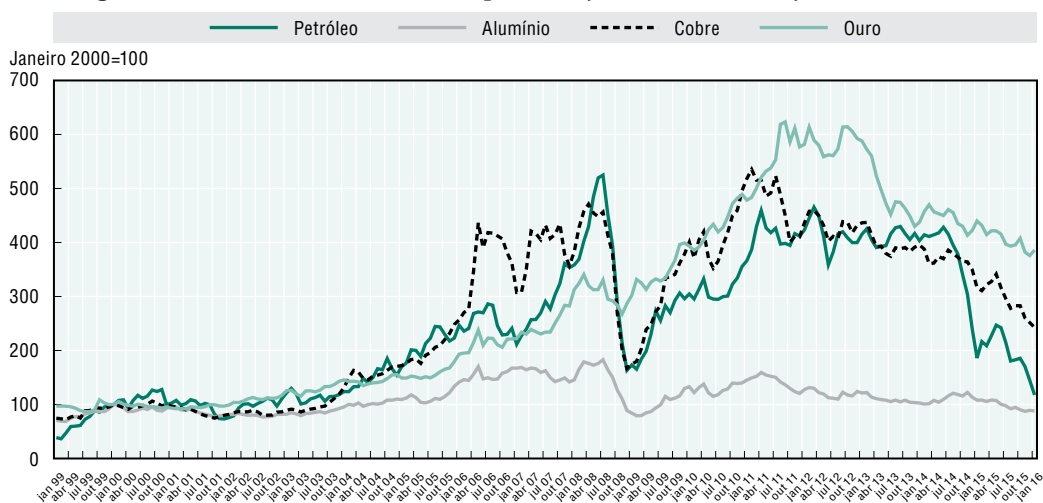
sendo que essa é restringida pela desaceleração económica nos países industrializados e emergentes, incluindo a China. O abrandamento da procura por parte da China e de outros países também contribuiu para reduzir os preços do cobre, os quais atingiram o nível mais baixo dos últimos sete anos. Em 2015, registou-se também uma descida dos preços de outras matérias-primas, como o minério de ferro e o ouro, bem como dos preços de exportação de alguns produtos agrícolas, nomeadamente do algodão; só o preço do ouro registou recentemente uma recuperação. A queda do preço do café foi mais moderada e o preço do cacau manteve-se elevado.

A previsão económica do relatório PEA 2016 baseia-se no pressuposto de que os preços do petróleo e de outras matérias-primas irão estabilizar e recuperar lentamente. No entanto, dado os baixos níveis atuais, os preços médios em 2016 serão ainda inferiores a 2015, prevendo-se um aumento apenas em 2017. Considerando um preço médio do petróleo na ordem dos 37 USD por barril em 2016, e de 48 USD por barril em 2017, tal significa que os preços registarão uma descida de 27%, em 2016, e um aumento de aproximadamente 30% no ano seguinte. No entanto, dadas as incertezas da economia global, em geral, e dos mercados do petróleo e matérias-primas, em particular, estes pressupostos envolvem riscos consideráveis, com maior probabilidade de riscos de perda do que de ganho.

Em África, os principais exportadores de matérias-primas são fortemente afetados por estas descidas dos preços. Em alguns países, a produção das indústrias extrativas continuou a aumentar, impulsionando o PIB, enquanto noutros se verificou um corte na produção. O baixo nível dos preços também se reflete nos lucros e pode ter efeitos negativos no investimento e na exploração, limitando assim o potencial de crescimento. Em vários países africanos, as receitas provenientes das exportações de matérias-primas, petrolíferas e não-petrolíferas, são a principal fonte de financiamento quer para a procura de importações quer para a despesa pública (através das receitas fiscais). Estes países enfrentam agora taxas de câmbio e contas correntes menos favoráveis, com maior pressão orçamental. No entanto, a queda dos preços do petróleo tem também efeitos positivos, na medida em que reduz os custos para aquecimento, transportes e produção dos setores intensivos em energia. Em 2015, os preços de importação dos alimentos básicos também continuaram a descer. Em conjunto com a queda dos preços da energia, estes fatores contribuem para combater pressões inflacionistas e aumentar o poder de compra dos agregados familiares, podendo impulsionar a procura interna e reduzir a pobreza.

Os preços das matérias-primas podem afetar o crescimento económico africano de várias formas. O efeito global depende da dimensão das exportações de matérias-primas, petrolíferas e não-petrolíferas, e das importações de petróleo e alimentos. Um estudo do Banco Africano de Desenvolvimento demonstra que, a curto prazo, o impacto das exportações no crescimento (por alteração percentual no preço) é maior no caso dos preços de exportação de petróleo, seguido dos preços dos metais e dos preços de produtos agrícolas. A longo prazo, contudo, estes últimos produtos têm o maior impacto no crescimento dos países exportadores. Segundo esta análise, o aumento dos preços das matérias-primas verificado entre 2010 e 2014 é responsável por cerca de 30% do crescimento económico dos países africanos exportadores de matérias-primas (BAD, no prelo). No entanto, a manutenção dos baixos preços das matérias-primas significa que as perspetivas de crescimento destes países exportadores continuarão a ficar aquém das previsões do PEA, as quais pressupõem uma recuperação gradual dos preços das matérias-primas em 2016/17.

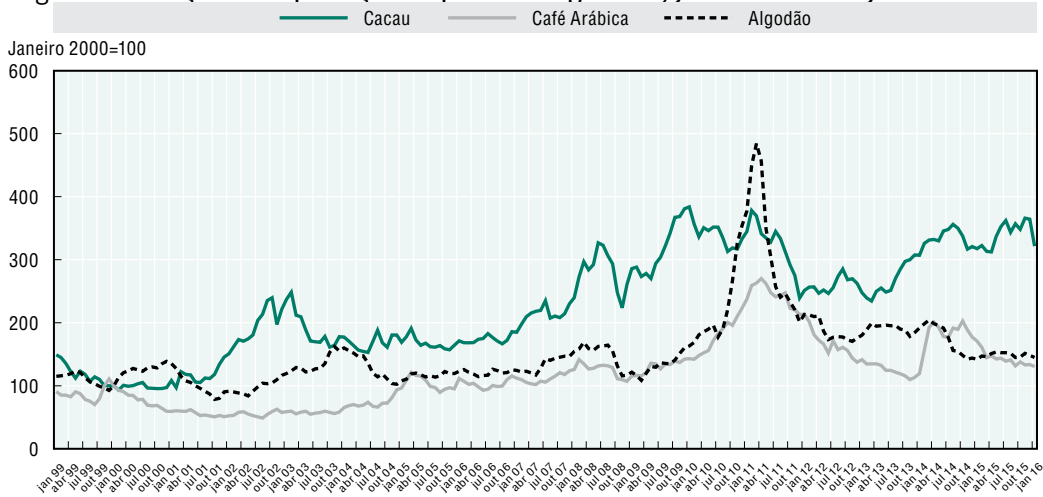
Figura 1.7. Preços das matérias-primas, janeiro de 1999-janeiro de 2016



Fonte: Banco Mundial (2016b).

StatLink <http://dx.doi.org/10.1787/888933391136>

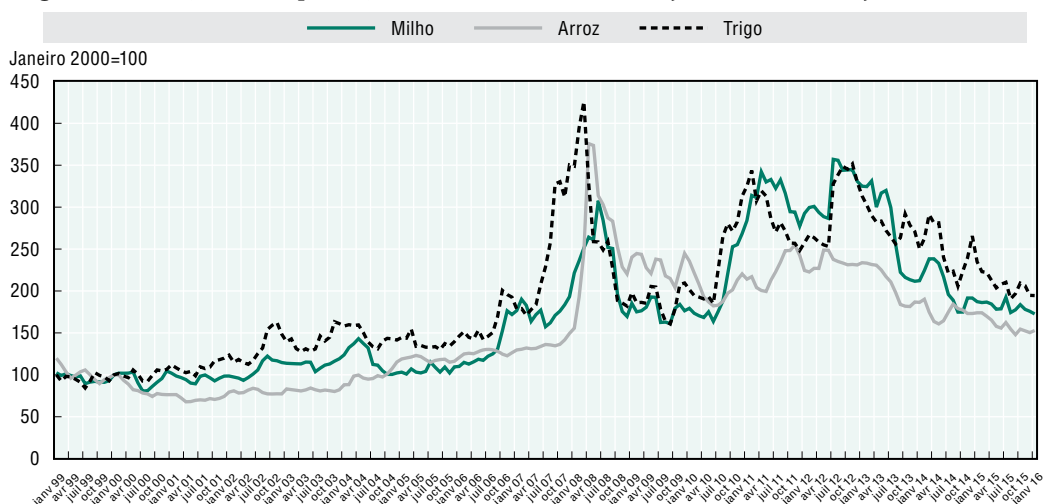
Figura 1.8. Preços de exportação de produtos agrícolas, janeiro de 1999-janeiro de 2016



Fonte: Banco Mundial (2016b).

StatLink <http://dx.doi.org/10.1787/888933391143>

Figura 1.9. Preços de importação de alimentos básicos, janeiro de 1999-janeiro de 2016



Fonte: Banco Mundial (2016b).

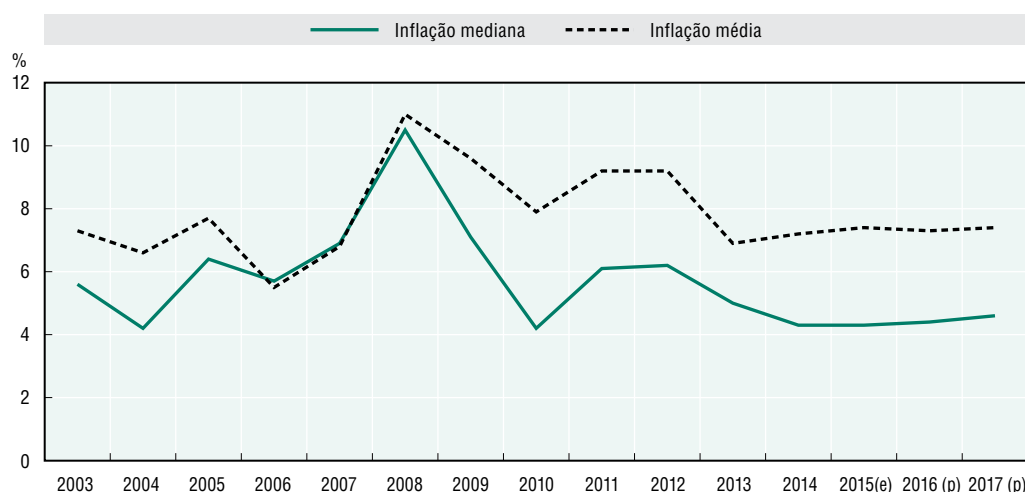
StatLink <http://dx.doi.org/10.1787/888933391159>

As diversas orientações da política monetária correspondem a pressões monetárias e inflacionistas diferentes

Em 2015, a inflação manteve-se num nível moderado em muitos países africanos. No entanto, a inflação média em África (7.4%) continua acima da inflação mediana (4.3%), devido a taxas de inflação particularmente elevadas em vários países: Sudão do Sul (41.1%), Malawi (21.2%), Sudão (16.9%), Eritreia (12.5%), Egito (11.2%), Angola (10.2%) e Zâmbia (10.1%) (Figura 1.10). As pressões inflacionistas aumentaram nos países onde houve uma desvalorização da moeda na sequência da queda dos preços das matérias-primas, prejudicando a posição orçamental e externa, bem como a perceção global do risco. Em 2015, os bancos centrais mantiveram ou atingiram a estabilidade de preços, em consonância com os seus mandatos. Para tal, utilizaram várias políticas monetárias, como as metas de inflação (África do Sul e Gana) ou outros modelos, tendo frequentemente os agregados monetários como metas operacionais e intermédias (Berg et al., 2015). Os modelos de taxa de câmbio também diferem entre países. Em muitos países, os bancos centrais têm trabalhado para melhorar a eficácia das suas políticas no âmbito da gestão macroeconómica. Isto é particularmente difícil em países com mercados financeiros pouco desenvolvidos, bem como nos casos em que os países são atingidos por choques externos e os bancos centrais se veem confrontados com metas contraditórias. Tal aconteceu em 2015, quando os países ricos em recursos naturais enfrentaram uma deterioração das contas externas e pressões sobre as taxas de câmbio, após a queda dos preços do petróleo e de outras matérias-primas. Na Nigéria, optou-se primeiro por uma flexibilização da política monetária com vista a estimular a economia, utilizando as reservas em moeda estrangeira para defender a moeda local. No final de 2015, porém, foram implementadas restrições cambiais, para estabilizar a taxa de câmbio e evitar a delapidação das reservas em moeda estrangeira. Espera-se que as autoridades nigerianas eliminem gradualmente as restrições e adotem uma política cambial mais flexível. Desde o final de 2015, tem-se recorrido ao acordo de facilidade de crédito com o Fundo Monetário Internacional (FMI) – *Standby Credit Facility* – juntamente com restrições monetárias e orçamentais para estabilizar a taxa de câmbio e reforçar as reservas.

Outros países enfrentaram também uma deterioração da sua posição externa, quedas drásticas das taxas de câmbio e pressões inflacionistas. A resposta foi geralmente a implementação de políticas mais restritivas (p.ex. África do Sul, Angola, Argélia, Gana, Lesoto, Malawi, Quênia, Uganda e Zâmbia). Contudo, vários outros países (como o Botswana, Marrocos e as Maurícias) mantiveram políticas monetárias acomodáticas ou tiveram margem para uma maior flexibilização com vista a estimular a economia, uma vez que a inflação manteve-se baixa ou diminuiu devido à queda de preços do petróleo e dos produtos alimentares. A União Económica e Monetária da África Central (CEMAC)³ respondeu a um crescimento mais baixo e a uma inflação moderada com uma redução da taxa de juro de referência para 2.45%. Pelo contrário, a União Económica e Monetária da África Ocidental (UEMOA)⁴ manteve uma taxa de juro de referência constante, de 3.5%. Em 2015, a inflação média nos países membros da UEMOA esteve abaixo de 1.5%, enquanto nos países da CEMAC foi de aproximadamente 3%.

Figura 1.10. Inflação dos preços no consumidor em África, 2003-17



Nota: (e) estimativas; (p) projeções.

Fonte: Departamento de Estatística, Banco Africano de Desenvolvimento.

StatLink <http://dx.doi.org/10.1787/888933391163>

A situação orçamental e a balança corrente deterioraram-se em muitos países

A queda dos preços das matérias-primas teve impactos significativos nos orçamentos de Estado dos países ricos em recursos naturais, em 2014, e as pressões orçamentais aumentaram em 2015. Muitos países tinham acumulado reservas durante o período anterior mais favorável, pelo que tiveram capacidade para responder a este contexto adverso. Contudo, alguns países tinham registado grandes défices orçamentais já em 2014, que foram agravados em 2015 (Argélia, Congo, Líbia, Sudão do Sul e Zâmbia). Alguns países menos dependentes do petróleo ou de outras matérias-primas enfrentam, igualmente, pressões orçamentais consideráveis, tendo alguns países registado, em 2015, défices de quase 10% do PIB, ou superior (Congo, Egito, Eritreia e Gâmbia).

No entanto, em 2015, verificaram-se excedentes orçamentais em alguns países (Botswana, Lesoto e Seychelles), e muitos registaram défices orçamentais relativamente baixos, de 3% do PIB ou inferior (Burkina Faso, Comores, Etiópia, Gabão, Guiné-Bissau, Mauritânia, Nigéria, República Democrática do Congo, Sudão, Suazilândia e Zimbábwe). Muitos governos estão a tomar medidas para conter os défices orçamentais.

A manutenção da dívida num nível sustentável assume uma importância acrescida, tendo em conta o aumento das pressões orçamentais. De acordo com a análise de sustentabilidade da dívida efetuada pelo Banco Mundial e pelo FMI, quase metade dos países avaliados nos últimos anos encontram-se num risco moderado de sobre-endividamento e quase um quarto apresenta um risco baixo. Ademais, mais de um quarto situa-se num risco elevado. A análise do risco de sobre-endividamento piorou em seis países (em comparação com o PEA 2015), os quais transitaram de um “risco moderado” para um “risco elevado” (Camarões, Gana e Mauritânia) e de um “risco baixo” para um “risco moderado” (Congo, Etiópia e Madagáscar). As Comores evoluíram em sentido contrário, transitando da classificação de “risco elevado” para um “risco moderado” (Tabela 1.4).

Tabela 1.4. Análise da sustentabilidade da dívida nos países africanos: avaliação do risco de sobre-endividamento

Risco baixo	Risco moderado	Risco elevado
Benim (janeiro de 2013)	Burkina Faso (maio de 2015)	Burundi (abril de 2015)
Quênia (setembro de 2015)	Cabo Verde (setembro de 2014)	Camarões (dezembro de 2015)
Libéria (fevereiro de 2015)	Comores (fevereiro de 2015)	República Centro-Africana (outubro de 2015)
Nigéria (março de 2015)	Congo (setembro de 2015)	Chade (maio de 2015)
Ruanda (junho de 2015)	República Democrática do Congo (outubro de 2015)	Djibouti (dezembro de 2015)
Senegal (setembro de 2015)	Côte d'Ivoire (dezembro de 2014)	Gana (setembro de 2015)
Tanzânia (julho de 2015)	Etiópia (outubro de 2015)	Mauritânia (fevereiro de 2015)
Uganda (novembro de 2015)	Gâmbia (abril de 2015)	São Tomé e Príncipe (julho de 2015)
	Guiné (fevereiro de 2015)	Sudão (dezembro de 2014)
	Lesoto (julho de 2014)	Zimbabwe (julho de 2014)
	Madagáscar (dezembro de 2015)	
	Malawi (março de 2015)	
	Mali (dezembro de 2014)	
	Moçambique (agosto de 2015)	
	Níger (março de 2015)	
	Serra Leoa (novembro de 2015)	
	Sudão do Sul (dezembro de 2014)	
	Togo (novembro de 2014)	
	Zâmbia (junho de 2015)	

Nota: Data da análise mais recente em parêntesis.

Fonte: Análise conjunta da Sustentabilidade da Dívida em Países de Rendimento Baixo, Banco Mundial e FMI (LIC DSA).

As medidas para limitar o endividamento diferem entre os países, incluindo cortes na despesa, aumento de impostos, alargamento da base fiscal e melhoria da cobrança de impostos. Do lado da despesa, a contração da margem orçamental reforça a importância de gerir eficazmente a despesa, para melhorar a prestação de serviços básicos a toda a população e promover o crescimento económico. A descida dos preços da energia torna politicamente mais fácil acabar com os subsídios à energia e vários países implementaram já essas medidas.

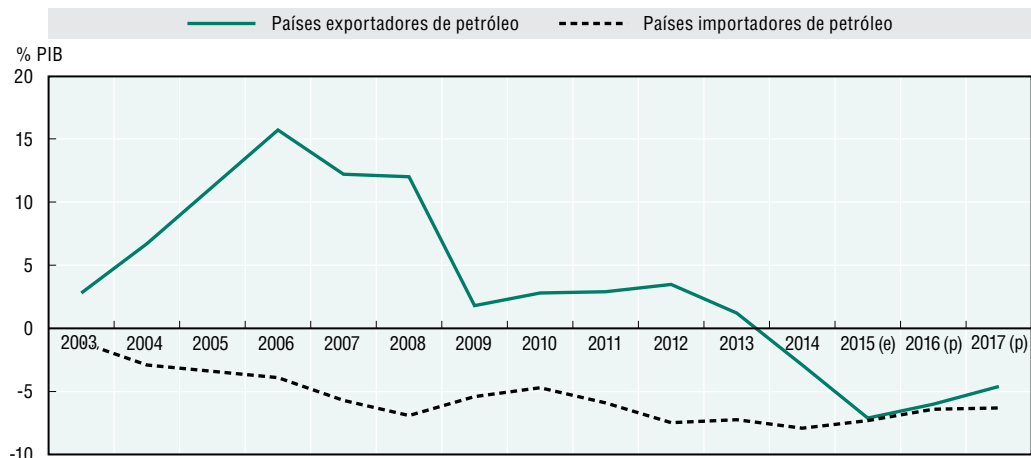
Do lado da receita, deve atingir-se um equilíbrio entre diversos objetivos, gerando mais receitas e evitando os efeitos adversos no crescimento económico. O alargamento da base tributária, através da redução das preferências ou isenções fiscais e da melhoria da administração fiscal, é geralmente preferível ao aumento das taxas de imposto. Uma administração tributária eficaz requer funcionários altamente qualificados e preparados, que possam desenvolver o seu trabalho sem interferências políticas. A tarefa de cobrança de impostos é facilitada se a carga fiscal for relativamente baixa, se o número de impostos for pequeno e se a lei fiscal for clara e relativamente simples, conferindo às entidades encarregues da cobrança de impostos um poder discricionário mínimo para determinarem as obrigações fiscais. A redução da corrupção e a melhoria da qualidade da despesa pública – de forma a que as pessoas encarem os impostos como um contributo essencial para financiar os bens e serviços públicos –, também facilitam a coleta de impostos (Leibfritz, 2015).

Em África, há um grande potencial para melhoria da cobrança de impostos. Segundo o relatório *Paying Taxes 2016*, do Banco Mundial, África continua a ser uma região onde é difícil pagar impostos, mas muitos países estão a tomar medidas para reduzir os custos de conformidade para os contribuintes (Banco Mundial/PwC, 2015). Vários países criaram ou melhoraram recentemente os seus sistemas eletrónicos para preenchimento

e pagamento de impostos, como é o caso de Cabo Verde, Marrocos, Moçambique, Ruanda, Seychelles, Tanzânia e Zâmbia. Em termos da facilidade de cumprimento das obrigações fiscais, destacam-se cinco países africanos, que integram a lista dos 50 países com melhores práticas, no relatório do Banco Mundial: Maurícias (em 13º lugar), África do Sul (20º), Seychelles (43º), Zâmbia (46º) e Ruanda (48º). No entanto, muitos países africanos registam classificações bastante fracas neste ranking internacional, principalmente devido ao grande fardo administrativo para os contribuintes e à complexidade dos sistemas tributários.


A queda acentuada dos preços do petróleo não aumentou apenas a pressão sobre os orçamentos de Estado, mas gerou também uma forte deterioração das contas correntes nos países exportadores de petróleo (Figura 1.11). Durante o período de escalada dos preços do petróleo, muitos países africanos exportadores de petróleo registaram grandes excedentes da balança corrente, mas todos registam défices desde o ano passado. Estes foram particularmente elevados na República do Congo e na Líbia, onde a produção de petróleo foi interrompida pelo atual conflito político. Os países importadores de petróleo têm beneficiado da queda dos preços e alguns melhoraram as suas balanças correntes. No entanto, em média, o défice das contas correntes nestes países registou melhorias muito ligeiras, mesmo com o alívio derivado da queda dos preços do petróleo e dos alimentos. A descida dos preços de exportação e do volume das exportações anularam o efeito da queda dos preços das importações na balança corrente. Em alguns países, os preços das importações subiram devido a uma desvalorização da moeda.

Figura 1.11. Balança corrente nos países exportadores e importadores de petróleo em África, 2003-17



Nota: (e) estimativas; (p) projeções.

Fonte: Departamento de Estatística, Banco Africano de Desenvolvimento.

StatLink  <http://dx.doi.org/10.1787/888933391179>

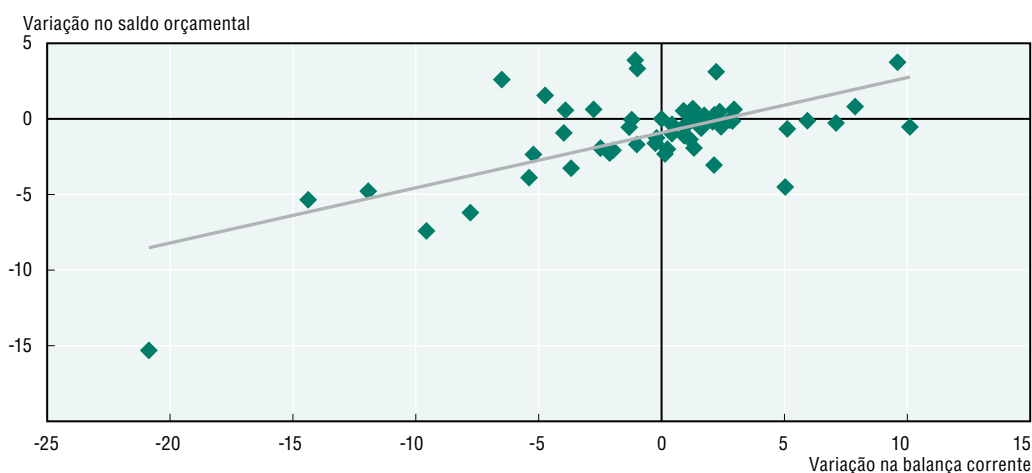
A maioria dos países africanos regista agora um défice duplo, ou seja, uma situação de défice tanto no orçamento de Estado como na balança corrente. Isto pode colocar sérios riscos à estabilidade macroeconómica, nos casos em que há uma diminuição das reservas em moeda estrangeira e uma pressão inflacionista. Os défices orçamental e da balança corrente estão, por vezes, interligados, mas a causalidade pode verificar-se nos dois sentidos. Por exemplo, o défice duplo pode ser causado por uma queda das receitas de exportação, o que gera menos receitas públicas num contexto em que as importações e as despesas públicas continuam inalteradas, levando assim a uma deterioração tanto da situação orçamental como da posição externa. Um défice duplo pode também derivar

do orçamento de Estado, se o aumento da despesa pública não for acompanhado por um aumento das receitas públicas ou das poupanças líquidas no setor privado, originando situações mais desfavoráveis no plano externo e no plano orçamental. A combinação de menores receitas de exportação com maior despesa pública pode, igualmente, gerar um défice duplo.


Em 2015, o agravamento das contas correntes foi, frequentemente, acompanhado por uma deterioração da posição orçamental (Figura 1.12). Em países ricos em recursos naturais, como a Argélia, o Chade, o Congo, o Gabão, a Líbia, a Nigéria, o Sudão do Sul e a Zâmbia, a deterioração do saldo das contas externas (devido à queda das receitas de exportação) levou a uma deterioração do saldo orçamental (devido à diminuição das receitas fiscais provenientes das indústrias extrativas). Em vários países, a desvalorização da moeda contribuiu, também, para um desequilíbrio da balança comercial, ao agravar os preços das importações. No entanto, a desvalorização da moeda resultará numa melhoria dos saldos comerciais, uma vez que as empresas nacionais terão maior capacidade para competir com empresas estrangeiras, tanto nos mercados internos como de exportação (“efeito da curva J”).⁵

A prevenção de défices duplos insustentáveis exige não apenas políticas orçamentais cautelosas, mas também taxas de câmbio reais competitivas e uma melhoria das condições para as empresas nacionais e para o investimento direto estrangeiro. Verificar-se-á então uma diminuição tanto do défice orçamental como do défice externo. A sustentabilidade dos restantes défices da balança corrente está assegurada se uma boa parte deste défice for financiado pelo IDE, uma vez que este tipo de financiamento não aumenta a dívida externa.

Figura 1.12. Variações na balança corrente e no saldo orçamental nos países africanos, entre 2014 e 2015, em percentagem do PIB



Nota: A reta de tendência positiva e o Coeficiente de Correlação Linear (R) de 0.44 na correlação entre a variação da balança corrente e do saldo orçamental sugere que ambos os saldos estão relacionados, embora existam outros fatores.

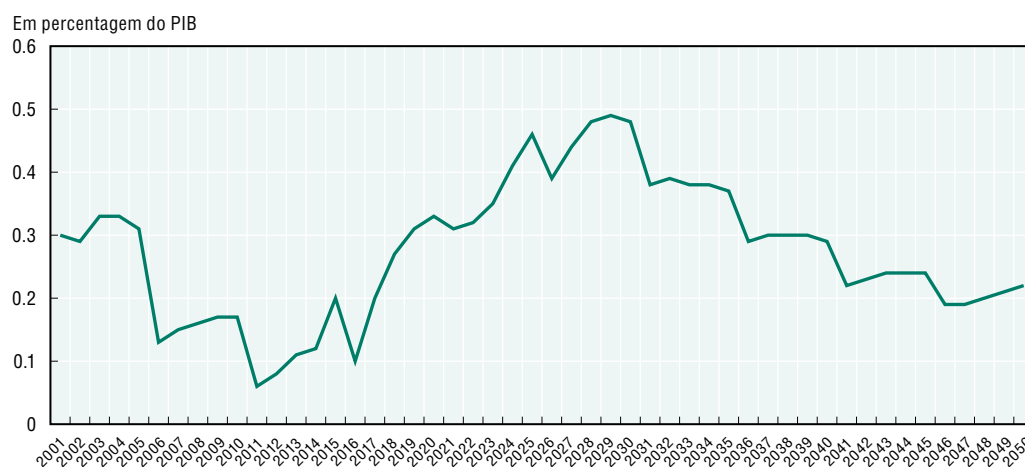
StatLink  <http://dx.doi.org/10.1787/888933391185>

África conseguirá aproveitar a sua população jovem para colher um dividendo do crescimento demográfico?

África é o continente com maior crescimento populacional do mundo. Entre 2000 e 2015, a população aumentou mais de 370 milhões, passando de 814 milhões para quase 1.2 mil milhões de pessoas. Segundo projeções das Nações Unidas (cenário médio), a população atingirá quase 1.7 mil milhões em 2030, e quase 2.5 mil milhões em 2050.⁶ Prevê-se que o peso do continente africano na população global, atualmente de 16%, chegue aos 20% em 2030 e ultrapasse 25% em 2050. A existência de uma população jovem e em crescimento é geralmente encarada como fonte de um “dividendo demográfico” para o crescimento do PIB e do PIB per capita, já que essa aumenta a oferta de mão-de-obra. A causa subjacente está no crescimento da força laboral e da proporção da população em idade ativa.

Nas próximas décadas, África terá a demografia mais favorável do mundo, no que respeita à evolução da população em idade ativa.⁷ A sua população nesta faixa etária (15-64 anos) regista um aumento significativo e mais rápido do que a população total. Este aumento potencial da oferta de mão-de-obra, verificado quer em termos absolutos quer relativos, pode impulsionar o crescimento anual do PIB per capita africano em meio ponto percentual ao longo dos próximos 15 anos (Figura 1.13). No entanto, a medição dos efeitos positivos automáticos da demografia na oferta de mão-de-obra e no crescimento (ver Anexo 1.A1) é apenas um ponto de partida para a análise dos efeitos. É igualmente importante ter em consideração o mercado laboral e a produtividade. O impacto positivo da oferta de mão-de-obra no crescimento só se concretizará se foram criados empregos suficientes. Caso contrário, as pessoas enfrentarão obstáculos para entrarem no mercado de trabalho, o que faria cair o nível de participação nesse, ou entrariam no mercado de trabalho mas não conseguiriam encontrar emprego, o que levaria a um crescimento do desemprego. Isto requer uma alteração fundamental das políticas, uma vez que no passado África foi incapaz de criar empregos suficientes apesar das altas taxas de crescimento económico (Page e Shimeles, 2014; Gallup, 2015).

Figura 1.13. O dividendo demográfico potencial em África



Nota: Impacto potencial no crescimento do PIB per capita (em pontos percentuais), calculado pela variação percentual na proporção da população ativa.

StatLink <http://dx.doi.org/10.1787/888933391191>

O efeito demográfico no aumento da produtividade está ligado a impactos na poupança, no investimento, na eficiência laboral e na inovação. Em teoria, o aumento da produtividade em populações jovens deveria refletir-se numa melhoria em cada uma destas áreas. A queda das taxas de natalidade fará com que as famílias e os governos disponham de mais recursos financeiros para proporcionarem educação e cuidados de saúde a cada criança, o que se refletirá num aumento da produtividade ao longo do tempo. O crescimento relativo da população em idade ativa pode incrementar a taxa de poupança e também a produtividade através do aumento do investimento. A migração dos trabalhadores para áreas com maiores níveis de rendimento e produtividade, como as cidades, pode também contribuir para melhorar a produtividade em África. Em meados da década de 2030, prevê-se que cerca de metade da população africana resida em cidades (ver Capítulos 6, 7 e 8).

No entanto, existem vários riscos que podem afetar o crescimento da produtividade. Especificamente, a crescente força laboral pode não ter as competências necessárias (capital humano) e as empresas e infraestruturas públicas podem não disponibilizar o capital físico adequado. As dinâmicas demográficas em África suscitam também várias questões: O baixo nível de produtividade no setor agrícola e os efeitos das alterações climáticas comprometerão a capacidade do continente africano de garantir a segurança alimentar de uma população em expansão? De que forma poderá o continente africano assegurar a sustentabilidade ambiental num contexto de crescimento populacional e de aumento da atividade económica?

Assim, as dinâmicas demográficas do continente africano criam tanto oportunidades como desafios para o futuro. O “renascimento económico” de África nas últimas duas décadas dá-nos razões para acreditar que o continente conseguirá aproveitar o dividendo demográfico naqueles por vir. Muito depende, porém, das respostas dos decisores políticos a estes desafios, pelo que é difícil prever qual a perspetiva que prevalecerá no futuro (BAD/OCDE/PNUD, 2015: 139; Basu e Basu, 2015; Canning, Raja e Yazbeck, 2015; Leridon, 2015; Sachs, 2015).

Esta análise conclui que as regiões da África Oriental, Ocidental e Central poderão potencialmente colher um dividendo demográfico mais significativo do que as regiões da África Austral e Norte de África (ver Anexo 1.A1). Para explorarem estas potencialidades, os países devem encarar a gestão da transição demográfica como uma prioridade política fundamental.

Neste contexto, é da maior importância:

- reduzir os obstáculos que ainda limitam a procura de mão-de-obra, através da promoção do empreendedorismo e da atividade do setor privado em geral, apoiando simultaneamente os jovens a obterem as competências necessárias para um emprego digno (ver o tema especial sobre a Promoção do Emprego Jovem, em BAD et al., 2012)
- assegurar a segurança alimentar e a sustentabilidade ambiental
- acelerar a transição demográfica para uma redução das taxas de natalidade, através da melhoria dos cuidados de saúde, da educação e do planeamento familiar.

Tabela 1.5. Desenvolvimentos macroeconómicos em África, 2007-17

(Tabela resumo)

	2007-11	2012	2013	2014	2015(e)	2016(p)	2017(p)
Crescimento do PIB real (%)							
África Central	5.9	6.3	3.3	6.1	3.7	3.9	5.0
África Oriental	6.4	4.5	7.2	6.5	6.3	6.4	6.7
Norte de África	3.6	9.6	1.7	1.4	3.5	3.3	3.8
África Austral	3.8	3.4	3.7	2.8	2.2	1.9	2.8
África Ocidental	6.3	5.2	5.7	6.0	3.3	4.3	5.5
África	4.7	6.4	3.9	3.7	3.6	3.7	4.5
África (excluindo a Líbia)	5.0	3.9	4.3	4.2	3.7	3.8	4.5
<i>Rubricas por memória</i>							
<i>Norte de África (incluindo o Sudão)</i>	<i>3.6</i>	<i>9.0</i>	<i>1.9</i>	<i>1.6</i>	<i>3.6</i>	<i>3.5</i>	<i>4.0</i>
<i>África subsariana</i>	<i>5.4</i>	<i>4.5</i>	<i>5.2</i>	<i>5.0</i>	<i>3.6</i>	<i>4.0</i>	<i>4.9</i>
<i>África subsariana excluindo a África do Sul</i>	<i>6.2</i>	<i>5.1</i>	<i>5.9</i>	<i>5.9</i>	<i>4.2</i>	<i>4.7</i>	<i>5.6</i>
<i>Países exportadores de petróleo</i>	<i>4.8</i>	<i>7.9</i>	<i>3.5</i>	<i>3.7</i>	<i>3.5</i>	<i>3.9</i>	<i>4.6</i>
<i>Países importadores de petróleo</i>	<i>4.5</i>	<i>4.2</i>	<i>4.5</i>	<i>3.8</i>	<i>3.6</i>	<i>3.4</i>	<i>4.4</i>
Preços no consumidor (inflação em %)							
África Central	7.0	3.5	1.8	2.4	2.1	2.3	2.4
África Oriental	12.7	19.3	12.8	12.5	9.3	7.9	8.0
Norte de África	7.9	7.6	5.1	6.4	7.6	6.3	6.7
África Austral	8.1	6.5	6.4	6.3	5.8	7.9	8.0
África Ocidental	9.8	10.5	7.7	7.2	8.3	8.7	8.0
África	8.9	9.2	6.8	7.2	7.3	7.2	7.2
<i>Rubricas por memória</i>							
<i>Norte de África (incluindo o Sudão)</i>	<i>8.2</i>	<i>9.4</i>	<i>7.1</i>	<i>8.4</i>	<i>8.2</i>	<i>6.8</i>	<i>7.0</i>
<i>África subsariana</i>	<i>10.0</i>	<i>10.2</i>	<i>7.8</i>	<i>7.6</i>	<i>7.2</i>	<i>7.8</i>	<i>7.6</i>
<i>Países exportadores de petróleo</i>	<i>9.7</i>	<i>10.4</i>	<i>7.5</i>	<i>8.2</i>	<i>8.8</i>	<i>8.3</i>	<i>8.4</i>
<i>Países importadores de petróleo</i>	<i>7.6</i>	<i>7.4</i>	<i>5.7</i>	<i>5.6</i>	<i>5.2</i>	<i>5.6</i>	<i>5.6</i>
Saldo orçamental global, com donativos (% do PIB)							
África Central	4.0	-0.4	-1.3	-2.2	-4.2	-4.0	-2.9
África Oriental	-2.5	-3.8	-4.0	-3.6	-4.6	-4.4	-3.7
Norte de África	-1.3	-3.1	-6.7	-11.1	-13.3	-12.1	-11.3
África Austral	-1.7	-2.3	-2.9	-4.0	-3.9	-3.9	-3.8
África Ocidental	-2.4	-2.2	-0.3	-0.2	-2.9	-3.6	-3.3
África	-1.5	-2.6	-3.3	-4.8	-6.6	-6.5	-5.9
<i>Rubricas por memória</i>							
<i>Norte de África (incluindo o Sudão)</i>	<i>-1.3</i>	<i>-3.1</i>	<i>-6.3</i>	<i>-10.1</i>	<i>-11.8</i>	<i>-10.7</i>	<i>-10.0</i>
<i>África subsariana</i>	<i>-1.6</i>	<i>-2.3</i>	<i>-1.9</i>	<i>-2.2</i>	<i>-3.7</i>	<i>-3.9</i>	<i>-3.5</i>
<i>Países exportadores de petróleo</i>	<i>-0.8</i>	<i>-1.5</i>	<i>-2.7</i>	<i>-5.3</i>	<i>-8.1</i>	<i>-8.1</i>	<i>-7.3</i>
<i>Países importadores de petróleo</i>	<i>-2.4</i>	<i>-4.1</i>	<i>-4.2</i>	<i>-4.0</i>	<i>-4.4</i>	<i>-4.0</i>	<i>-3.6</i>
Balança de transações correntes, com donativos (% do PIB)							
África Central	-2.3	-3.0	-6.5	-7.6	-10.2	-10.4	-10.6
África Oriental	-5.8	-7.2	-10.0	-9.3	-8.9	-7.1	-7.2
Norte de África	5.5	1.6	-1.4	-5.1	-9.3	-7.5	-6.6
África Austral	-2.1	-2.6	-3.6	-5.3	-6.1	-5.8	-5.6
África Ocidental	4.4	0.8	0.7	-1.8	-4.6	-4.4	-3.2
África	1.5	-1.0	-2.6	-4.8	-7.3	-6.4	-5.8
<i>Rubricas por memória</i>							
<i>Norte de África (incluindo o Sudão)</i>	<i>4.4</i>	<i>0.6</i>	<i>-2.1</i>	<i>-5.5</i>	<i>-9.0</i>	<i>-7.3</i>	<i>-6.5</i>
<i>África subsariana</i>	<i>-0.4</i>	<i>-2.2</i>	<i>-3.2</i>	<i>-4.8</i>	<i>-6.5</i>	<i>-6.0</i>	<i>-5.4</i>
<i>Países exportadores de petróleo</i>	<i>6.6</i>	<i>3.5</i>	<i>0.9</i>	<i>-2.9</i>	<i>-7.3</i>	<i>-6.4</i>	<i>-5.4</i>
<i>Países importadores de petróleo</i>	<i>-5.2</i>	<i>-7.4</i>	<i>-7.9</i>	<i>-7.9</i>	<i>-7.3</i>	<i>-6.4</i>	<i>-6.3</i>

Nota: (e): estimativas; (p): projeções.

Fonte: Departamento de Estatística, Banco Africano de Desenvolvimento.

Anexo 1.A1. O dividendo demográfico potencial em África

O aumento do peso da população em idade ativa está a impulsionar o crescimento do PIB per capita (ver Caixa 1.A1.1). Nos últimos 15 anos, o impacto potencial da demografia no PIB médio em África foi de 0.2% por ano e prevê-se que duplique para 0.4% nos próximos 15 anos; deverá depois descer ligeiramente para 0.3% no período entre 2030 e 2050. O dividendo demográfico potencial é particularmente elevado na África Oriental, Ocidental e Central (Tabelas 1.A1.1 e 1.A1.2 e Figura 1.A1.1), uma vez que a transição demográfica para menores taxas de natalidade estava atrasada nestas regiões, mas regista agora uma aceleração. Isto aumenta a proporção da população em idade ativa e reduz o rácio de dependência. No Norte de África e na África Austral, pelo contrário, a queda da taxa de natalidade está mais avançada e há um abrandamento da transição demográfica (Figura 1.A1.2).

O futuro das dinâmicas demográficas em África pode ser mapeado através do Modelo de Transição Demográfica (MTD), que descreve a evolução populacional ao longo do tempo.⁷ A África Oriental, Ocidental e Central correspondem, no geral, à fase 3 do modelo; a transição demográfica no Norte de África e na África Austral está mais avançada (pelo menos nos países mais desenvolvidos destas regiões) e pode ser classificada como fase 4. Nos países onde as taxas de natalidade são ainda elevadas, a implementação de políticas pode acelerar o seu decréscimo. Isto reduziria mais o crescimento populacional e aumentaria o dividendo demográfico potencial, uma vez que a proporção da população em idade ativa aumentaria mais rapidamente e o rácio de dependência diminuiria. Segundo a teoria da transição demográfica, existe uma relação positiva entre natalidade e mortalidade infantil. A natalidade tende a ser elevada quando a mortalidade infantil também o é, para atingir um número desejável de crianças que sobrevivam, decrescendo em seguida, quando há uma melhoria da sobrevivência das crianças. Embora outros fatores afetem também a natalidade, o impacto da mortalidade infantil parece óbvio nos países africanos (Figura 1.A1.3). Isto significa que a melhoria dos cuidados de saúde e da educação, juntamente com um planeamento familiar adequado, são importantes para acelerar a transição demográfica e promover o crescimento económico e o bem-estar.

Contrariamente a África, a proporção da população em idade ativa está em declínio nos países mais desenvolvidos, bem como em alguns países emergentes. Nos próximos anos, a China enfrentará uma redução acentuada do peso da população em idade ativa na população total, em parte devido à anterior política de filho único. O dividendo demográfico das últimas décadas na China pode atuar como um “imposto” que pesa sobre o crescimento potencial do produto (West, 2015). Com efeito, nos últimos 15 anos a transição demográfica na China contribuiu para um crescimento do PIB per capital potencial na ordem dos 0.5% (Tabela 1.A1.2). No entanto, a manter-se a tendência atual, nos próximos 15 anos tal mudança demográfica reduzirá o crescimento na mesma proporção (ou seja, uma reversão de 1%).

Tabela 1.A1.1. Estimativas e projeções da população em África e da população em idade ativa

	Milhões (número arredondado)			Crescimento médio anual em %			
	2000	2015	2030	2050	2002-15	2016-30	2031-50
África							
População	814	1 186	1 679	2 478	2.5	2.3	2.0
População em idade ativa	439	658	985	1 534	2.7	2.7	2.2
África Oriental							
População	259	394	579	878	2.8	2.6	2.1
População em idade ativa	133	211	336	547	3.1	3.1	2.5
África Central							
População	96	152	232	369	3.1	2.9	2.4
População em idade ativa	49	79	128	224	3.2	3.3	2.8
Norte de África							
População	172	224	282	354	1.8	1.6	1.1
População em idade ativa	102	140	181	226	2.2	1.7	1.1
África Austral							
População	51	63	70	78	1.3	0.8	0.5
População em idade ativa	31	41	47	53	1.8	0.9	0.6
África Ocidental							
População	235	353	516	798	2.7	2.6	2.2
População em idade ativa	125	188	292	484	2.8	3.0	2.6

Nota: A população em idade ativa é a faixa etária dos 15 aos 64 anos.

Fonte: Cálculos do autor, com base em dados da UN DESA (2015).

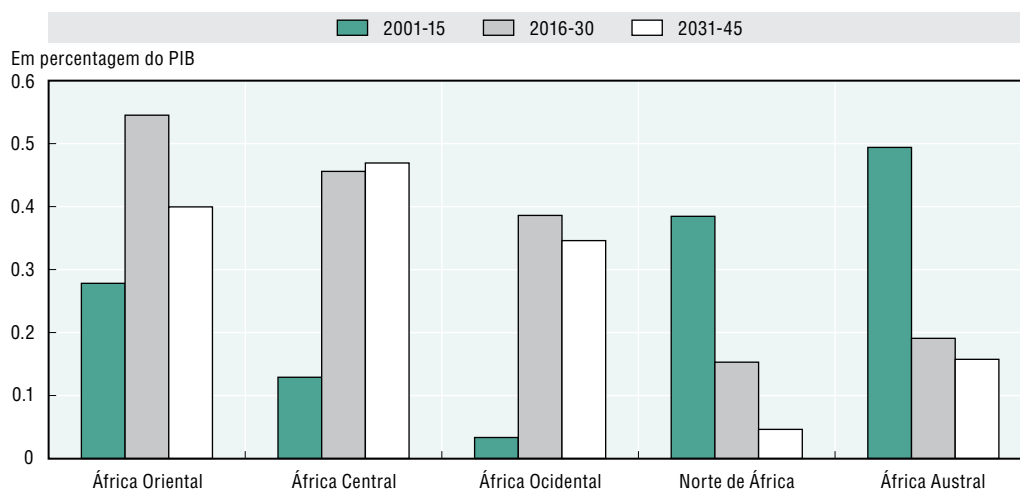
Tabela 1.A1.2. Estimativas e projeções sobre o dividendo demográfico potencial em África

	Proporção da população em idade ativa (%) (grupo etário 15-64)				Alteração percentual na proporção da população em idade ativa (média anual)		
	2000	2015	2030	2050	2001-15	2016-30	2031-50
África	53.96	55.53	58.56	61.90	0.2	0.4	0.3
África Oriental	51.26	53.44	57.98	62.33	0.3	0.6	0.4
África Central	50.67	51.66	55.30	60.56	0.1	0.5	0.5
Norte de África	59.12	62.61	64.06	63.77	0.4	0.2	0.0
África Austral	60.47	65.11	66.99	68.23	0.5	0.2	0.1
África Ocidental	53.09	53.36	56.54	60.61	0.0	0.4	0.4
<i>Rubricas por memória:</i>							
Mundo	63.00	65.70	64.70	62.70	0.3	-0.1	-0.2
Regiões mais desenvolvidas	67.50	66.00	61.10	57.80	-0.1	-0.5	-0.3
Regiões menos desenvolvidas excluindo a China	59.60	63.30	64.60	64.30	0.4	0.1	0.0
China	68.30	73.20	68.00	58.90	0.5	-0.5	-0.7

Nota: A alteração da percentagem refere-se ao impacto demográfico potencial no crescimento do PIB per capita. Refere-se à alteração da percentagem da proporção da população em idade ativa, calculada como $100 \cdot (t/t-1 - 1)$. Por exemplo, o potencial de dividendo demográfico anual em África, para o período 2015-2030, é calculado da seguinte forma: $100 \cdot (58.56/55.3 - 1)/15 = 0.4$.

Fonte: Cálculos do autor, com base em dados da UN DESA (2015).

Figura 1.A1.1. Dividendo demográfico potencial em África, por região



Nota: O impacto potencial no crescimento do PIB per capita (em pontos percentuais) é calculado pela alteração percentual na proporção da população ativa (2001-50).

Fonte: Cálculos do autor, com base em dados UN DESA (2015).


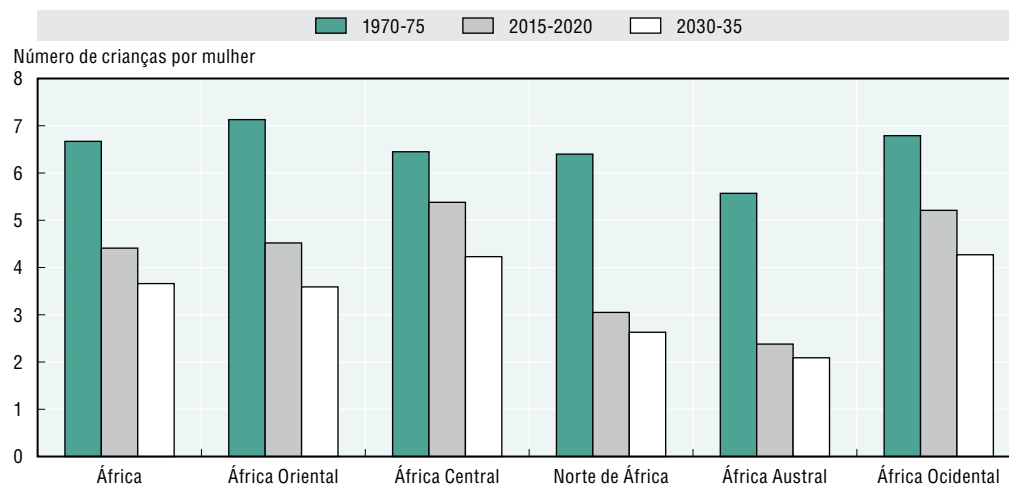
StatLink  <http://dx.doi.org/10.1787/888933391203>

Figura 1.A1.2. Evolução e perspetivas da fertilidade total em África (número de crianças por mulher)



Fonte: UN DESA (2015).


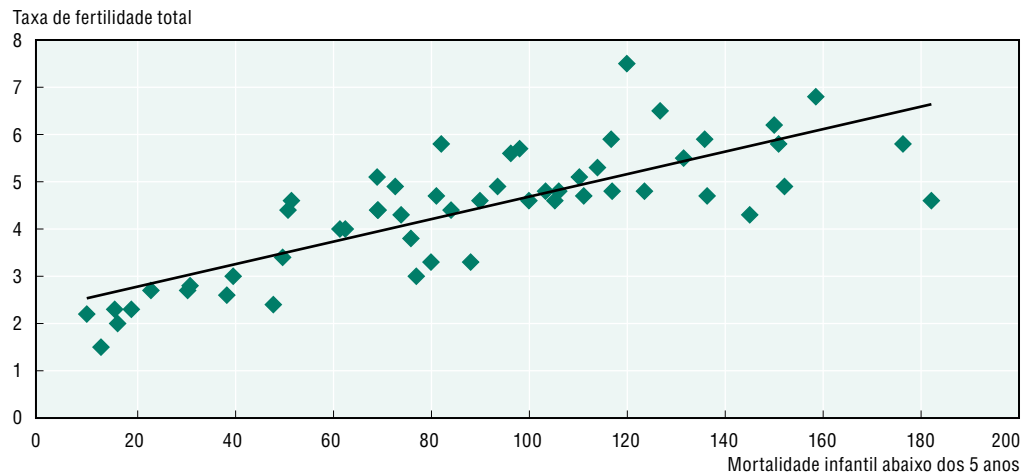
StatLink  <http://dx.doi.org/10.1787/888933391212>

Figura 1.A1.3. Taxa de fertilidade total (TFT) por mulher e taxa de mortalidade infantil abaixo dos 5 anos por 1000 nascimentos, em países africanos, 2014



Nota: A reta de regressão é $TFT = 2.322 + .0237 * TM$ abaixo dos 5 anos, e o Coeficiente de Correlação Linear (R) da correlação entre a taxa de mortalidade abaixo dos 5 anos e a TFT é de 0.623. Esta abordagem monocausal (e portanto simplista) sugere que uma TFT de 6 está ligada a uma TM abaixo dos 5 anos de 155, pelo que uma redução da TFT para 3 requer uma diminuição da TM abaixo dos 5 anos para cerca de 30.

Fonte: Cálculos dos autores, com base em estatísticas do PEA 2015.

StatLink <http://dx.doi.org/10.1787/888933391226>

Caixa 1.A1.1. Cálculo do dividendo potencial de crescimento demográfico

O impacto automático da demografia no produto interno bruto (PIB), através da oferta de mão-de-obra, pode ser calculado de várias formas:

$$(1) GDP = (GDP/E) * E = PROD * E$$

Em que E corresponde ao número de trabalhadores empregados e $PIB/E = PROD$ é a produtividade por trabalhador. Assim, o crescimento económico é:

$$(1a) \text{crescimento do PIB} = \text{crescimento de E} + \text{crescimento de PROD}$$

Com o crescimento de PROD, mantendo-se constantes a proporção dos trabalhadores empregados na força laboral (taxa de emprego) e a proporção da força laboral na população em idade ativa (taxa de participação), a variação do crescimento do PIB é igual à soma da variação do crescimento da força de trabalho (FT) e da variação do crescimento da população em idade ativa (POPIA)

$$(1b) \text{Variação no crescimento do PIB} = \text{variação no crescimento do emprego (E)} = \text{variação no crescimento da força de trabalho (FT)} = \text{variação no crescimento da população em idade ativa (POPIA)}$$

A população POP consiste na população empregada (E) e na população não empregada (NE), em que NE corresponde à soma das crianças, pensionistas pessoas em idade ativa que não estão empregadas.

$$(2) POP = E + NE$$

Dividindo a equação (1) pela equação (2) temos o PIB per capita:

$$(3) GDP/POP = \alpha * PROD$$

Tomando os logaritmos da equação 3 e fazendo a diferenciação:

$$(3a) \text{Crescimento do PIB/POP} = \text{crescimento de } \alpha + \text{crescimento de PROD}$$

Em que α é a taxa de emprego (i.e. a proporção de pessoas empregadas na população total), incorporando assim tanto a participação como o emprego ($\alpha = E/POP$). Se a proporção da força laboral na população em idade ativa (taxa de participação) e a proporção das pessoas empregadas na força laboral (taxa de emprego) se mantiverem constantes, o crescimento do PIB per capita é igual à soma do aumento da produtividade com o aumento da proporção da população em idade ativa ($POPIA/POP$).

$$(3b) \text{Crescimento do PIB/POP} = \text{crescimento de PROD} + \text{crescimento de POPIA/POP}$$

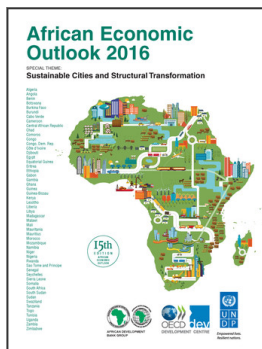
Assim, com todas as outras variáveis constantes, um aumento no crescimento da proporção da população em idade ativa origina um aumento do crescimento do PIB per capita.

Notas

1. O Ifo *World Economic Survey* (WES) pretende fornecer um panorama atualizado da situação económica atual e das perspetivas de curto prazo, em cerca de 120 países industrializados, emergentes e em desenvolvimento. Ao contrário das estatísticas oficiais, que são principalmente elaboradas com base em informação quantitativa, o WES consiste em informações qualitativas, incluindo avaliações e expectativas dos analistas económicos. Os 1 100 participantes neste inquérito trabalham em institutos de investigação, universidades, *think tanks*, câmaras de indústria ou instituições financeiras. Em África, esta pesquisa engloba 30 países e recebe uma média de 150 respostas por trimestre.
2. Segundo a teoria tradicional dos três setores, o peso do setor primário (agricultura e indústria extrativa) na atividade total é elevado durante as primeiras fases do desenvolvimento, mas tende a decrescer à medida que as economias se desenvolvem. O peso do setor secundário (indústria transformadora) aumenta nas fases baixa e média do desenvolvimento e diminui no nível de rendimento mais elevado, uma vez que os custos de mão-de-obra afetam a competitividade da indústria transformadora. Por sua vez, o peso do setor terciário (serviços) regista um aumento contínuo e torna-se o setor mais importante nos níveis de rendimento mais altos.
3. Os membros da CEMAC são os Camarões, o Chade, o Congo, o Gabão, a Guiné Equatorial e a República Centro-Africana.
4. Os membros da UEMOA são o Benim, o Burkina Faso, a Côte d'Ivoire, a Guiné-Bissau, o Mali, o Níger, o Senegal e o Togo.
5. O efeito da curva-J demonstra que a desvalorização da moeda origina, inicialmente, um agravamento da balança comercial, uma vez que o custo das importações aumenta e o valor das exportações diminui. Contudo, o saldo comercial melhora ao longo do tempo, devido ao baixo preço das exportações, porque há um aumento do volume de exportações e uma diminuição do volume de importações, com os consumidores locais a comprarem mais produtos nacionais e menos produtos importados (mais caros).
6. O cenário médio assume que a fertilidade total média em África (número de crianças por mulher) diminui de 4.71 no período 2010-15, para 3.11 no período 2045-50.
7. O Modelo de Transição Demográfica (MTD) distingue cinco fases: i) população numa fase estacionária, com elevadas taxas de natalidade e de mortalidade; ii) início do crescimento populacional, com a melhoria dos cuidados de saúde a determinarem uma queda da taxa de mortalidade, especialmente infantil, enquanto a taxa de natalidade se mantém elevada; iii) fase final do crescimento populacional, com continuação da queda das taxas de mortalidade e declínio das taxas de natalidade, devido a melhores condições económicas, melhorias na educação e no estatuto da mulher e acesso à contraceção; iv) estabilização da população, com baixas taxas de natalidade e de mortalidade (a maioria das economias mais avançadas encontra-se nesta fase); e v) população em declínio, com as taxas de natalidade abaixo do nível de substituição (cerca de duas crianças) e aumento da proporção da população idosa (envelhecimento populacional).

Bibliografia

- Awel, A.M. (2012), “Terms of trade volatility and economic growth in sub-Saharan Africa”, MPRA papers no. 48166, Biblioteca da Universidade de Munique, Alemanha.
- BAD (no prelo), “Africa’s performance and prospects in a period of global economic turbulence”, in *African Development Report 2015*, Banco Africano de Desenvolvimento, Abidjã.
- BAD et al. (2012), *Perspetivas económicas em África 2012: Promoção do emprego jovem*, Publicações OCDE, Paris, <http://dx.doi.org/10.1787/aeo-2012-en>.
- BAD et al. (2011), *Perspetivas económicas em África 2011: África e os seus Parceiros Emergentes*, Publicações OCDE, Paris, <http://dx.doi.org/10.1787/aeo-2011-en>.
- BAD/NYU Africa House/ATA (2015), *Africa Tourism Monitor: Unlocking Africa’s Tourism Potential*, Vol. 3/1, Banco Africano de Desenvolvimento, New York University Africa House e Africa Travel Association, Abidjan e Nova Iorque.
- BAD/OCDE/PNUD (2015), *Perspetivas económicas em África 2015: Desenvolvimento territorial e inclusão espacial*, Publicações OCDE, Paris, <http://dx.doi.org/10.1787/aeo-2015-en>.
- Banco Mundial (2016a), *Doing Business 2016: Measuring Regulatory Quality and Efficiency*, Banco Mundial, Washington, DC.
- Banco Mundial (2016b), *Global Economic Monitor (GEM) Commodities (base de dados)*, Banco Mundial, Washington, DC, <http://data.worldbank.org/data-catalog/commodity-price-data>.
- Banco Mundial (2015), *Africa Pulse: An Analysis of Issues Shaping Africa’s Economic Future*, Vol. 12, Grupo do Banco Mundial, Washington, DC, www.worldbank.org/en/region/afr/publication/africas-pulse-an-analysis-issues-shaping-africas-economic-future-october-2015 (consultado a 20 de janeiro de 2016).
- Banco Mundial/PwC (2015), *Paying Taxes 2016: The Global Picture*, Banco Mundial e Pricewaterhouse Coopers, Washington, DC.
- Basu, A.M. e K. Basu (2015), “The prospects for an imminent demographic dividend in Africa: The case for cautious optimism”, in C. Monga e J.Y. Lin (eds.), *The Oxford Handbook of Africa and Economics, Vol. II: Policies and Practices*, Oxford University Press, Oxford.
- Berg, A. et al. (2015), “Monetary policy issues in sub-Saharan Africa”, in C. Monga e J.Y. Lin (eds.), *The Oxford Handbook of Africa and Economics, Vol. II: Policies and Practices*, Oxford University Press, Oxford.
- Canning, D., S. Raja e A.S. Yazbeck (2015), *Africa’s Demographic Transition: Dividend or Disaster?*, Agence française de développement, Paris e Banco Mundial, Washington, DC.
- FMI (2015), *Regional Economic Outlook: Sub-Saharan Africa 2015*, Fundo Monetário Internacional, Washington, DC, www.imf.org/external/pubs/ft/reo/2015/afr/eng/pdf/sreo0415.pdf.
- Gallup (2015), *Gallup Global Report: Where the Great Jobs Are*, October 2015, Gallup Inc., www.gallup.com/services/186197/gallup-global-report-great-jobs-pdf.aspx.
- Ifo Institute (2016), *World Economic Survey (I/2016)*, CESifo Group Munich – Ifo Institute, Munique.
- Leibfritz, W. (2015), “Fiscal policy in Africa”, in C. Monga e J.Y. Lin (eds.), *The Oxford Handbook of Africa and Economics, Vol. II: Policies and Practices*, Oxford University Press, Oxford.
- Leridon, H. (2015), “Afrique subsaharienne : une transition démographique explosive”, *Futuribles*, No. 407 (julho-agosto), pp. 5-21.
- McMillan, M. e K. Harttgen (2015), “Africa’s quiet revolution”, in C. Monga e J.Y. Lin (eds.), *The Oxford Handbook of Africa and Economics, Vol. II: Policies and Practices*, Oxford University Press, Oxford.
- OCDE (2010), *Perspectives on Global Development 2010: Shifting Wealth*, Publicações OCDE, Paris, <http://dx.doi.org/10.1787/9789264084728-en>.
- OMT (2016), *World Tourism Barometer*, Vol. 14, Organização Mundial de Turismo das Nações Unidas, Madrid, www.e-unwto.org.
- Page, J. e A. Shimeles (2014), “Aid, employment, and poverty reduction in Africa”, *WIDER Working Paper*, 2014/043, Universidade das Nações Unidas–WIDER, Helsínquia.
- Sachs, J.D. (2015), “Africa’s demographic transition and economic prospects”, in C. Monga e J.Y. Lin (eds.), *The Oxford Handbook of Africa and Economics, Vol. II: Policies and Practices*, Oxford University Press, Oxford.
- Schaffnit-Chatterjee, C. e R. Burgess (2015), “African revival shifts east”, *Deutsche Bank Research Papers*, Deutsche Bank, Frankfurt, <http://tinyurl.com/jo7ow56>.
- UN Comtrade (2015), *United Nations Commodity Trade Statistics*, Base de Dados <http://comtrade.un.org/db/> (consultado a 15 de dezembro de 2015).
- UN DESA (2015), *World Population Prospects: The 2015 Revision* (dados adquiridos através do website), Nações Unidas, Departamento de Assuntos Económicos e Sociais, Divisão de População, Nova Iorque.
- West, J. (2015), “Great Asian Slowdown”, *Asian Century Institute*, 21 de novembro, asiancenturyinstitute.com/economy.



From:
African Economic Outlook 2016
Sustainable Cities and Structural Transformation

Access the complete publication at:
<https://doi.org/10.1787/aeo-2016-en>

Please cite this chapter as:

African Development Bank/OECD/United Nations Development Programme (2016), "Perspetivas macroeconómicas em África", in *African Economic Outlook 2016: Sustainable Cities and Structural Transformation*, OECD Publishing, Paris.

DOI: <https://doi.org/10.1787/9789264248649-5-pt>

This work is published under the responsibility of the Secretary-General of the OECD. The opinions expressed and arguments employed herein do not necessarily reflect the official views of OECD member countries.

This document and any map included herein are without prejudice to the status of or sovereignty over any territory, to the delimitation of international frontiers and boundaries and to the name of any territory, city or area.

You can copy, download or print OECD content for your own use, and you can include excerpts from OECD publications, databases and multimedia products in your own documents, presentations, blogs, websites and teaching materials, provided that suitable acknowledgment of OECD as source and copyright owner is given. All requests for public or commercial use and translation rights should be submitted to rights@oecd.org. Requests for permission to photocopy portions of this material for public or commercial use shall be addressed directly to the Copyright Clearance Center (CCC) at info@copyright.com or the Centre français d'exploitation du droit de copie (CFC) at contact@cfcopies.com.